

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 06/01/2021	



Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020

6 janeiro 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

A campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada Bahia. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador Rui Costa para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. “A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no www.notapremiadabahia.ba.gov.br, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Campanha Nota Premiada Bahia triplica número de ganhadores em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado** triplicou número de ganhadores com a ampliação das premiações mensais, que eram dez e agora são 91.

A campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, do **Governo do Estado**, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a **Nota Premiada Bahia**. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança,

de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no www.notapremiadabahia.ba.gov.br, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem

associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o

somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Campanha premiou 1.132 baianos em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, do **Governo do Estado**, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a **Nota Premiada Bahia**.

O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas

redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no site, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa

Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

INFRAESTRUTURA Há estudos em andamento para parcerias em outras partes do estado

Governo prepara PPP para serviço de água e esgoto na região de Feira

RODRIGO AGUIAR

Alinhado às premissas e metas do novo marco regulatório do saneamento, o governo do Estado já elabora estudos para buscar uma Parceria Público-Privada (PPP) na prestação de serviços de água e esgoto na Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios de seu entorno.

Além disso, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) e a Empresa Baiana e Águas e Saneamento (Embasa) avaliam novas alternativas e modelos com o setor privado para outras microrregiões do estado, não informadas pelo governo. "Esses estudos levam em consideração a prestação de serviços da Embasa e novas parcerias público-privadas para viabilizar os investimentos necessários", informa, em nota, a estatal. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) também colabora com esse estudo mais amplo.

A Embasa destaca que firmou uma das primeiras PPPs na área de saneamento no Brasil, assinada no final do governo Paulo Souto (DEM) e tocada pelo governo Jaques Wagner (PT), para implantação do segundo emissário submarino de Salvador. O emissário, que atende parte da capital baiana, em breve também atenderá ao município de Lauro de Freitas, de acordo com a empresa.



Estatal atua em 368 dos 417 municípios do estado, e ampliou em 70% as ligações de água entre 2007 e 2020

Antes mesmo da promulgação do novo marco legal do saneamento, o governador Rui Costa (PT) sancionou uma lei criando 19 microrregiões de saneamento básico, com o objetivo, segundo a gestão, de viabilizar a regionalização do saneamento na Bahia.

Aprovado em junho do ano passado pelo Congresso, o novo marco legal do sa-

neamento prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033 e viabiliza a injeção de mais investimentos privados no setor.

O texto acabou com a possibilidade de os municípios, responsáveis pelo saneamento, fecharem sem licitação contratos com as empresas públicas estaduais.

Em Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) informou,

ainda durante a campanha, a elaboração de um Plano Municipal de Saneamento. Atualmente, a prefeitura não tem assinado um contrato de programa com a Embasa, que já foi classificada por Bruno como "inimiga número 1 de Salvador".

Defensores das mudanças na legislação afirmam que o novo marco possibilitará levar água e esgoto a

toda a população, melhorando a qualidade do serviço. Por outro lado, críticos dizem que regiões periféricas poderiam ter o serviço piorado, porque dariam pouco ou nenhum lucro às empresas privadas.

Segundo a Embasa, os índices de cobertura de água e esgoto na Bahia são de 92% e 46%, respectivamente. A companhia atua em 368 dos

Segundo a gestão, meta é de viabilizar a regionalização do saneamento

417 municípios do estado. A empresa diz que, entre 2007 e 2020, ampliou em 70% o número de ligações de água e em 187% o número de ligações de esgoto. Para isso, contou com cerca de R\$ 9 bilhões de investimentos do Programa Água Para Todos nos últimos 14 anos.

Abertura de capital

Também em junho do ano passado, o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sindae) criticou a indicação do engenheiro Cláudio Villas Boas para a diretoria financeira da Embasa. Em nota, a entidade aponta Villas Boas como "peça chave para tocar a abertura do capital da estatal baiana", anunciada pelo governador ainda no final de 2019. "Ao mesmo tempo, mostra o alinhamento de Rui Costa com o projeto de Bolsonaro, de se desfazer das estatais e do patrimônio público", disse o sindicato, na ocasião.

Em entrevista à Folha de S. Paulo em dezembro de 2019, Rui disse que a abertura de capital não significaria a perda do controle da estatal pelo governo. A expectativa, segundo ele, é de arrecadar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões com a venda de 42% do capital da empresa. No entanto, ao longo do ano passado, a ideia causou a reação contrária de muitos integrantes da Assembleia Legislativa, inclusive do PT, partido do governador.

Bahia está preparada para cenário difícil da economia no ano de 2021

Vem aí o Santa Cruz notícias com j Carlos rádio Santa Cruz jornalismo com seriedade e credibilidade mas eu estar preparada para um cenário difícil na **economia** brasileira em dois mil e oito e um dez secretário dez horas e cinquenta e cinco minutos antes da crise mil e noventa não há notícias a informação com credibilidade o ano de dois mil o time usará de.

Fiz isso para as finanças de estados e municípios por conta de uma série de problemas no cenário econômico brasileiro.

Incluindo **desemprego** recorde ameaça à volta de inflação e o filho auxílio emergencial alertou o secretário da fazenda da Bahia Manuel Vitória.

Ressaltando que o governo baiano está preparado para este novo desafio e já intensifica as medidas a ser alcançado por que ajudarão o estado a sobreviver às crises econômicas cento.

Inclusive os meses mais críticos para **arrecadação** em dois mil e vinte em função da pandemia.

Tais medidas adotadas sob a liderança do governador **Rui Costa** inclui uma sólida política de qualidade e quantidade de **gastos públicos** que já soma a **economia** real de cinco vírgula nove bilhões desde dois mil e quinze.

Aliada a um dos mais intensivo do processo no plano

estadual de modernização do **fisco** e a um trabalho também constante de combate à sonegação em todo estado.

Tentem e temperatura.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Gastos públicos | SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Desemprego | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Comércio tem alívio apesar de queda

A reabilitação do comércio, nos últimos meses de 2020, graças às medidas de flexibilização implementadas pelos governos, será insuficiente para evitar o pior desempenho do setor na década mais recente, considerando os dados disponibilizados a partir de 2011.

A projeção do faturamento estimado do varejo para o acumulado no ano passado será de R\$ 95,2 bilhões, representando uma queda nas vendas de algo em torno de R\$ 5,6 bilhões.

Embora sinalize um recorde negativo, a reação do comércio, no final do ano, animou os empresários lojistas, depois de um ano tão difícil, com queda de 4,4% no faturamento nos dois primeiros meses de 2020.

O terceiro mês seria de datas cheias, com expectativa de superação, no entanto, a retração veio forte em março, chegando a 17,6%, despencando para quase 50% no mês seguinte.

A pandemia veio exatamente em março, com restrição da atividade econômica e com o isolamento social”, analisou o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

QUEDA CONTÍNUA - No mês de maio a queda continuou forte, com 31,2%, restando conter o percentual negativo geral o desempenho de atividades consideradas essenciais, como supermercados e farmácias.

Segundo o consultor econômico, foram fechadas aproximadamente 71,3 mil vagas formais na economia baiana, e o comércio apresentou um resultado negativo de quase 20 mil postos de emprego, com efeito imediato da redução do consumo, parcialmente contido graças ao auxílio emergencial inicialmente no valor de R\$ 600.

“Chefe, o Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos aí, essa mídia sem caráter”

JAIR BOLSONARO, presidente da República, aos seus apoiadores em frente ao Palácio do Planalto



Xando Pereira / Ag. A TARDE

PRIVILÉGIO | *Dispondo dos meios para desfrutar da vida de forma completa ainda é privilégio de poucos de nós. Poder parar, admirar e se sentir integrado às belezas que a natureza oferece deveria ser incorporado aos nossos direitos mais básicos.*

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: produtividade em tempo de pandemia

João Augusto Pinto

Desembargador do TJ-BA, mestre em Direito-UFBA, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da ABI-Associação Bahiana de Imprensa

joaouaugustoopinto@gmail.com

O progresso da medicina e ciências afins foi impotente para impedir a difusão mundial da Covid-19, gerando a inimaginável pandemia, em pleno século XXI. As consequências são terríveis, mudando por completo a nossa rotina diária. O nosso Tribunal de Justiça, sob o comando do valoroso Presidente, Desembargador Lourival Almeida Trindade, envidou esforços a fim de permitir que abnegados servidores viabilizassem, como continuam a fazer, a utilização diária dos recursos eletrônicos disponíveis. E, sem sombra de dúvidas, nesses meses de pandemia, o resultado é deveras aus-

picioso. Os atuais números de produtividade são realmente de exacerbada expressão, dignos de veiculação em “A TARDE”, órgão da imprensa escrita que enobrece a Bahia, sempre em defesa das mais lúdimas causas, da liberdade democrática tão bem espelhada na vigorosa atuação da imprensa livre de amarras de qualquer espécie; afinal, já preconizava Ruy Barbosa: “A imprensa é a vista da Nação.”

Pois bem, nesse período referido, até 29 deste mês de dezembro, conforme dados

Mister se faz a divulgação dessa produtividade, para o conhecimento geral da população

do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o TJBA praticou 24,5 milhões de atos processuais; totalizando mais de 1 milhão de acórdãos (decisões colegiadas do Tribunal) e sentenças (dos juízes de primeiro grau), além de 654.026 decisões. O número de despachos ordinatórios ultrapassa a marca de 2,2 milhões. Assim, é o primeiro colocado entre os tribunais de médio porte do País! Tudo isso se deve ao empenho diuturno dos 600 magistrados, dos 8.000 abnegados servidores.

Assim, o Tribunal de Justiça da Bahia, o mais antigo das Américas, vem se firmando, ao longo dos últimos anos, como o Tribunal de médio porte de maior produtividade, e agora o segundo entre todos os demais Tribunais brasileiros. Mister se faz a divulgação dessa produtividade, repito, para o conhecimento geral da população, do jurisdicionado, destinatário final do nosso labor. Enfim, nossa esperança de que logo se viabilize eficaz

vacina capaz de nos restabelecer a plena normalidade existencial e que o nosso Tribunal de Justiça prossiga em seu ávido aprimoramento funcional, oferecendo prestação jurisdicional ágil e eficaz. E, sem dúvidas, ameniza o sofrimento de todos nós ante os últimos episódios que não engrandecem as melhores tradições de nossa Justiça. Mas, ao menos, a nossa esperança de que tudo se esclareça devidamente e que volte a brilhar a mais antiga Corte de Justiça brasileira, cumprindo fielmente o seu desiderato expresso em seu lema: SUUM QUIQUE TRIBUERE. Em verdade, é lição do vetusto porém eterno Direito Romano, baseado na famosa frase de ULPIANO (Eneo Domitius Ulpianus, [150(Tiro)-223 (Roma): *luris praecepta sunt haec; honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere* (Os preceitos do Direito são estes: viver honestamente, não lesar a outrem, dar a cada um o que é seu).

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

📍 Saltitando

O presidente Jair Bolsonaro começou o ano novo fazendo o que ele mais gosta: pulando, dando saltos, fugindo de problemas graves como a pandemia, recessão, desemprego, “maus feitos” de seus amados filhos etc. No primeiro dia de 2021 ele pulou de um barco de passeio, em Praia Grande, litoral paulista e se aproximou de um grupo de banhistas, provocando aglomeração. Pelo visto, ele pretende continuar pulando no Planalto a partir de 2022, isto se os brasileiros permitirem. TIAGO MELLO, TIAGOMELLO65@GMAIL.COM

📍 Brasil, um país de hipócritas!

O Brasil pode não ser um país racista como falou o vice Mourão, mas com certeza é um país de racistas, declarados, velados e oportunos. Muitos conservadores foram cruéis opressores desde o início desses 520 anos sem encontrar reação. Se acostumaram a pisar e humilhar de tal forma que agora se surpreendem e se assustam com a mudança dos que antes eram oprimidos subservientes e resignados e que através da conscientização e respaldados nas leis, reagem. Com os últimos eventos de conotações raciais, a coisa ficou de tal forma que eles ridicularizam as leis, criaram e soltaram piadas disfarçadas nas redes sociais no sentido inverso pra des-

caracterizar e enfraquecer a reação dos “ex-submissos”, que como eles desejam, têm que ficar caladinhos suportando tudo e “felizes”. Pois é, estes mesmos conservadores estão sentindo na pele o gosto do próprio veneno que comodamente aplicaram durante muitos anos, e querem agora se transformar em vítimas sofrendoras num coitadismo cínico e desprezível como se fossem a serem trazidos da África e escravizados por “negros europeus”. No caso do Carrefour, agiram como pseudo juízes, expuseram os antecedentes da vítima pra justificar o brutal assassinato, ou seja: “Merecia morrer por-

O Brasil pode não ser um país racista como falou o vice-presidente Hamilton Mourão, mas com certeza é um país de racistas, declarados, velados e oportunos

que era drogado, respondia processo e agradeu antes o segurança”, deixando de lado o cansado discurso de que “um erro não justifica o outro”. A verdade é que muitos daqueles antes sufocados aproveitaram essa nova correnteza e se revelaram. São os oportunos. Estavam disfarçados nas falsas aparências de bons samaritanos, nos falsos discursos politicamente corretos e às vezes em apoio às causas das chamadas minorias. Por outro lado, sabemos todos que a intenção da esquerda é, fingendo sensibilidade social e humana, se aproveitar de fatos dessa ordem e tentar dividir a população jogando as classes, categorias e uns contra os outros, pra impedir os crescimentos sociais, ideológicos e assim tirar tirar proveito do enfraquecimento da sociedade para viabilizar a tão sonhada implantação de um utópico socialismo, o que de uma certa forma está conseguindo, quando vemos pessoas antes aparentemente pacíficas e tolerantes começaram, mesmo que timidamente, a se manifestar, nos mostrando que o que tem de racistas e preconceituosos de todo o tipo aproveitando essa onda pra saírem dos seus cômodos “armários” não tá no gibi. Isso é claramente notório, o que faz o Brasil ser realmente, um país de hipócritas! MAX MATOS, MAX.CORALGIRASSOL@GMAIL.COM

📍 Praças sem manutenção

Não se pode deixar de reconhecer e elogiar as praças construídas e ou requalificadas na gestão de ACM Neto. Entre as muitas construídas inclui-se a Praça Myriam Fraga, um antigo sonho da comunidade que contou com o empenho da Associação dos Moradores do Itaigara e de Silvío Pinheiro. Todavia é de lamentar que a prefeitura não vem dando a devida manutenção a esses logradouros. No caso da Myriam Fraga o piso sintético da quadra de futebol há cerca de três anos necessita de substituição. Muitos foram os pedidos e as promessas, mas, até agora, nenhuma providência foi tomada neste sentido. A grande quantidade de jogos agravou o estado do piso e a quadra teve se ser interdita por questão de segurança. Outro equipamento que precisa de correções urgente é o estacionamento frequentada por muitas crianças diariamente. A manutenção da área verde da praça vem sendo feita graças a contribuição dos associados da citada associação. Espera-se que o prefeito Bruno Reis cuide das praças de nossa cidade para que elas não venham a ser abandonadas. A Myriam Fraga é uma das que está pedindo SOS. REINALDO MAURO DE OLIVEIRA, REIMAO-LI825@GMAIL.COM

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ALBA Suplentes Bira Corôa e Pastor Ubaldino assumem seus postos
www.atarde.com.br/politica
INFRAESTRUTURA Há estudos em andamento para parcerias em outras partes do estado

Governo prepara PPP para serviço de água e esgoto na região de Feira

RODRIGO AGUIAR

Alinhado às premissas e metas do novo marco regulatório do saneamento, o governo do Estado já elabora estudos para buscar uma Parceria Público-Privada (PPP) na prestação de serviços de água e esgoto na Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios de seu entorno.

Além disso, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) e a Empresa Baiana e Águas e Saneamento (Embasa) avaliam novas alternativas e modelos com o setor privado para outras microrregiões do estado, não informadas pelo governo. "Esses estudos levam em consideração a prestação de serviços da Embasa e novas parcerias público-privadas para viabilizar os investimentos necessários", informa, em nota, a estatal. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) também colabora com esse estudo mais amplo.

A Embasa destaca que firmou uma das primeiras PPPs na área de saneamento no Brasil, assinada no final do governo Paulo Souto (DEM) e tocada pelo governo Jaques Wagner (PT), para implantação do segundo emissário submarino de Salvador. O emissário, que atende parte da capital baiana, em breve também atenderá ao município de Lauro de Freitas, de acordo com a empresa.



crédito foto / Ag. A TARDE / 00.00.0000

Estatal atua em 368 dos 417 municípios do estado, e ampliou em 70% as ligações de água entre 2007 e 2020

Antes mesmo da promulgação do novo marco legal do saneamento, o governador Rui Costa (PT) sancionou uma lei criando 19 microrregiões de saneamento básico, com o objetivo, segundo a gestão, de viabilizar a regionalização do saneamento na Bahia.

Aprovado em junho do ano passado pelo Congresso, o novo marco legal do sa-

neamento prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033 e viabiliza a injeção de mais investimentos privados no setor.

O texto acabou com a possibilidade de os municípios, responsáveis pelo saneamento, fecharem sem licitação contratos com as empresas públicas estaduais.

Em Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) informou,

ainda durante a campanha, a elaboração de um Plano Municipal de Saneamento. Atualmente, a prefeitura não tem assinado um contrato de programa com a Embasa, que já foi classificada por Bruno como "inimiga número 1 de Salvador".

Defensores das mudanças na legislação afirmam que o novo marco possibilitará levar água e esgoto a

toda a população, melhorando a qualidade do serviço. Por outro lado, críticos dizem que regiões periféricas poderiam ter o serviço piorado, porque dariam pouco ou nenhum lucro às empresas privadas.

Segundo a Embasa, os índices de cobertura de água e esgoto na Bahia são de 92% e 46%, respectivamente. A companhia atua em 368 dos

Segundo a gestão, meta é de viabilizar a regionalização do saneamento

417 municípios do estado. A empresa diz que, entre 2007 e 2020, ampliou em 70% o número de ligações de água e em 187% o número de ligações de esgoto. Para isso, contou com cerca de R\$ 9 bilhões de investimentos do Programa Água Para Todos nos últimos 14 anos.

Abertura de capital

Também em junho do ano passado, o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sindae) criticou a indicação do engenheiro Cláudio Villas Boas para a diretoria financeira da Embasa. Em nota, a entidade aponta Villas Boas como "peça chave para tocar a abertura do capital da estatal baiana", anunciada pelo governador ainda no final de 2019. "Ao mesmo tempo, mostra o alinhamento de Rui Costa com o projeto de Bolsonaro, de se desfazer das estatais e do patrimônio público", disse o sindicato, na ocasião.

Em entrevista à Folha de S. Paulo em dezembro de 2019, Rui disse que a abertura de capital não significaria a perda do controle da estatal pelo governo. A expectativa, segundo ele, é de arrecadar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões com a venda de 42% do capital da empresa. No entanto, ao longo do ano passado, a ideia causou uma reação contrária de muitos integrantes da Assembleia Legislativa, inclusive do PT, partidário do governador.

ENTREVISTA

Luiz Carlos elenca suas prioridades na Seinfra
ISSO É BAHIA

FERNANDO VALVERDE

Além de ser o vereador mais votado nas eleições municipais do último ano, Luiz Carlos (Republicanos) assumirá um novo desafio após ser nomeado titular da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra) pelo prefeito Bruno Reis (DEM). A pasta, que já foi ocupada pelo próprio Bruno durante o mandato do ex-prefeito ACM Neto (DEM), é vista como vital para a gestão pública tanto pelo orçamento pela sua importância no desenvolvimento da cidade.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103.9), Luiz Carlos negou que sua escolha tenha sido uma indicação política e reforçou a vontade de trabalhar para garantir a melhora na infraestrutura soteropolitana.

"Não creio de forma alguma que seja uma indicação apenas política. Eu fui para a Seinfra por uma indicação do prefeito, que vem acom-



CMS / Divulgação

Luiz Carlos foi o vereador mais votado da cidade nas eleições do ano passado

panhando meu trabalho por oito anos, e percebeu a forma das minhas propostas e a vontade de contribuir com a cidade. O meu foco vai ser que a cidade continue crescendo e essa confiança, tanto do nosso partido quanto do nosso prefeito, sejam honradas", afirmou.

Questionado quanto aos "gargalos" que impactam no desenvolvimento soteropolitano, Luiz Carlos reforçou o discurso do prefeito, que elencou a crise do transpor-

te público como o principal desafio de sua gestão.

"O transporte público é um dos principais, se não for o principal, gargalos da cidade. Por diversos fatores, não temos mais o número de passageiros circulando como antes e esse é um problema a ser resolvido. Já na questão da mobilidade, Salvador vem avançando com a construção de novas vias e com modais como o BRT. Temos propostas de fazer escadas rolantes saindo do Campo da Pólvora para

a Cidade Baixa, enfim. Temos pensado em oferecer maior mobilidade e conforto para as pessoas chegarem em seus respectivos destinos", ponderou o secretário, que citou ainda planos para a oferta de moradias populares.

"Temos um planejamento estratégico que está dentro do plano de governo do nosso prefeito. Nos últimos quatro anos reformamos 30 mil casas do projeto Morar Melhor e o nosso plano é chegar a 50 mil com 12.500 casas entregues por ano em média. É um programa importantíssimo e deve ser acelerado", disse.

ARTICULAÇÃO

Neto divulga reunião com equipe: "Novos desafios"

DA REDAÇÃO

Uma postagem em uma rede social reforçou os rumores de que o ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), se lançará na disputa pelo governo do estado em 2022. O democrata publicou uma foto com o que seria o núcleo duro de sua equipe política.

"Novos desafios, novos começos e a vontade de sempre: trabalhar", escreveu Neto na legenda da imagem em seu perfil no Instagram.

Embora não tenha admitido que esteja na disputa em 2022, Neto afirmou, durante a cerimônia de posse do agora prefeito Bruno Reis (DEM), na última sexta-feira, que viajaria pelo interior do estado para "colaborar com a organização do partido (DEM) em todo o Brasil" e para o "projeto para 2022".

Foco

"A partir de agora meu foco é colaborar com a organização do partido (DEM) em todo o Brasil, o projeto para 2022, e, é claro, a minha dedicação à Bahia, todo meu envolvimento com questões do estado, interior, e vamos aguardar 2022 chegar, sem atropelar nada.", destacou, e fez ressalvas: "[...] Não é hora de começar

uma nova campanha política".

Na foto, estão o ex-chefe de gabinete de Neto, Kaio Moraes, o ex-governador Paulo Souto (DEM), o ex-deputado Luciano Ribeiro (DEM), além do jornalista Luiz Francisco e da ex-diretora da equipe digital da prefeitura, Arysa Souza.

De acordo com matéria do jornal Tribuna da Bahia, os encontros, inicialmente, vão acontecer no edifício CEO, na AV. Tancredo Neves. Há, segundo o site Bnews, agendas marcadas em diversas cidades do interior do estado.

"Agora meu foco é colaborar com a organização do DEM em todo o Brasil, o projeto para 2022, e, é claro, a minha dedicação à Bahia"

ACM NETO, ex-prefeito

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT torna público o aviso de Solicitação de Licença de Instalação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativa às Obras de Implantação da ponte de concreto sobre o Rio Corrente localizada no km 343,60 à 343,70, da Rodovia BR 135 BAMB, município de Correntina no estado da Bahia.

JOÃO FELIPE LEMOS CUNHA
Coordenador Geral de Meio Ambiente

LEILÃO DE CASA RESIDENCIAL - SALVADOR/BA
Online

1º Leilão: 15/01/2021 às 11h00 | 2º Leilão: 19/01/2021 às 11h00

Leilão de Alienação Fiduciária - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.745.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, na data e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. Localização do Imóvel: Salvador/BA, Rua dos Flamboyans, nº 189, Bairro Paralela, Alphaville Salvador 2, (Lt. 05 qd. C1) Casa Residencial. Área construída (aproximada) 460,00m²; Área total: 573,31m². Matr. 114.643 do 2º RI Local. Obs.: O imóvel possui uma área construída aproximada de 460,00m². Regularização e encargos perante aos órgãos competentes da divergência da área construída lançada no IPTU, com a apurada no local e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). 1º Leilão: 15/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 1.650.000,00. 2º Leilão: 19/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 990.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILÕES | WWW.ZUKERMAN.COM.BR

REPERCUSSÃO O presidente fez declaração ontem a apoiadores em frente ao Palácio do Planalto

Políticos rebatem fala de Bolsonaro de que o País estaria “quebrado”

CAUTELA

Presidente paralisa reforma ministerial

CÁSSIO SANTANA

Economistas e políticos repercutiram a fala do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de que o Brasil estaria "quebrado". Segundo Bolsonaro, em conversa com apoiadores ontem no Palácio da Alvorada, o país enfrenta dificuldades em fechar as contas e citou como exemplo "dificuldades" em propor mudanças na tabela do Imposto de Renda.

"O Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do imposto de renda, tá, teve esse vírus, potencializado pela mídia que nós temos, essa mídia sem caráter", disse o presidente a um apoiador.

Uma de suas promessas de campanha, a ampliação da isenção do Imposto de Renda nunca saiu do papel. Em 2019, o presidente chegou a dizer que a ampliação estava sendo estudada pelo governo, mas não houve avanços desde então.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), considerou como "muito grave" a fala do presidente de que "não consegue fazer nada". "Agora a gente está vendo que o governo preferiu parar os trabalhos no Congresso e falar essa coisa mais absurda: com o poder que tem, com a responsabilidade que um presidente tem, dizer que nada pode ser feito. É muito grave", disse Rodrigo Maia.

A deputada estadual Olívia Santana (PCdoB-BA) afirmou, em sua conta no Ins-



Na mesma fala, Bolsonaro voltou a atacar a imprensa

Evaristo Sá / AFP

O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, considerou como "muito grave" a fala do presidente de que "não consegue fazer nada"

tagram, que as "ações negacionistas" do presidente só fazem "afundar nosso país". "Se o presidente diz que não consegue fazer nada pelo Brasil, então porque não renuncia? Suas ações negacionistas só fazem afundar nosso país ainda mais", escreveu a deputada.

Em postagem em uma rede social, Guilherme Boulos (Psol-SP) lembrou que Bolsonaro tirou 17 dias de férias "durante a maior crise do século" e que só voltou ao Palácio do Planalto para "reafirmar sua incompetência".

"Depois de 17 dias de férias durante a maior crise do século, Bolsonaro volta ao Palácio do Planalto para reafirmar sua incompetência. Ele seria muito mais útil ao país se entregasse o cargo.", escreveu Boulos em sua conta no Twitter.

Economistas

O ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, admitiu que o país vive uma grave crise fiscal, mas que "está longe de estar quebrado". "Não dá para dizer que o Brasil está quebrado. O país vive

OPERAÇÃO SPOOFING

Juiz dá a Lula acesso a mensagens

FELIPE PONTES

Agência Brasil, Brasília

O juiz Gabriel Zago Capanema Vianna de Paiva, novo responsável pelo plantão da 10ª Vara Federal de Brasília, autorizou o acesso da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mensagens da Operação Spoofing que apura a invasão de celulares de autoridades por hackers.

O acesso às mensagens foi determinado pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 28 de dezembro. A defesa de Lula solicitou então que o conteúdo fosse entregue, mas o responsável anterior pela 10ª Vara Federal, o juiz Waldemar Cláudio

de Carvalho, negou a requisição, sob o argumento de que esse tipo de pedido não poderia ser apreciado durante o recesso judiciário.

A defesa voltou a acionar o STF, e Lewandowski oficiou

Nos dados liberados há conversas entre o procurador Deltan Dallagnol e Sergio Moro

novamente a primeira instância da Justiça Federal para afirmar que sua decisão é expressa, devendo ser cumprida de imediato, o que ocorreu ontem.

O juiz Gabriel Zago Capanema Vianna de Paiva oficiou a Divisão de Contraineligência da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal para que entregue o conteúdo pedido pelos advogados de Lula, nos termos da decisão do ministro do Supremo.

A defesa do ex-presidente quer acesso às mensagens sob o argumento de que nelas há diferentes menções aos processos contra Lula na Operação Lava Jato, conforme série de reportagens da imprensa. Nas conversas, há por

exemplo trocas de mensagens entre o ex-coordenador da Lava Jato no Paraná, o procurador Deltan Dallagnol, e o ex-juiz Sergio Moro, antigo titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela operação.

Na decisão de 28 de dezembro, Lewandowski ordenou o compartilhamento no prazo de dez dias, sob supervisão de peritos da PF, das mensagens arrecadadas pela Operação que digam respeito ao ex-presidente "direta ou indiretamente, bem assim as que tenham relação com investigações e ações penais contra ele movidas na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba ou em qualquer outra jurisdição, ainda que estrangeira".

O colunista Levi Vasconcelos está de férias e retornará em fevereiro próximo.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A – DESENBÁHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO NO 006/2020 - DESENBÁHIA
Abertura: 20/01/2021, às 10:00hs (Local). Objeto: Leilão de imóveis. Local da sessão: Rua Ivonne Silveira, no 213, Doron, nesta Capital-BA, auditório da Desenbahia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site <http://www.desenbahia.ba.gov.br/> e <http://www.patiorochaleiloes.com.br/>. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: patiorochafeira@gmail.com ou cp@desenbahia.ba.gov.br, telefone (71) 3103-1144/1122. (75) 3225-5888/ (75) 3826-7353/ (75) 99171-5791. Salvador- Bahia. Camilla Brandi Schlaepfer Sales - Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Ivana Montenegro Castelo Branco Rocha - Leiloeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOURADA
CNPJ N: 14.222.277/0001-73
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PE 03/2020
A CPL da PMSD publica Resultado do Pregão Eletrônico 03/2020 para aquisição de móveis e equipamentos hospitalares destinados ao Hospital Municipal, tendo como critério de julgamento Menor Preço por Item. Vencedoras: BH Laboratórios LTDA, lte 1 R\$ 3.985,00, lte 8 R\$ 40.430,00, lte 9 R\$ 35.987,32, lte 20 R\$ 11.000,00, WEM Equipamentos Eletrônicos LTDA Lt 2 R\$ 28.281,00, POLYMED Metalúrgica Industrial LTDA lte 3 R\$ 4.425,00, lte 6 R\$ 69.650,00, lte 7 R\$ 15.600,00, lte 12 R\$ 2.100,00, lte 13 R\$ 1.060,00, lte 14 R\$ 2.250,00, lte 16 R\$ 1.650,00, lte 18 R\$ 600,00, lte 19 R\$ 5.100,00, TEMPLUS Corporação LTDA lte 5 R\$ 790,00, lte 15 R\$ 1.600,00, lte 17 R\$ 7.950,00, Tarcil Com de Maq Aparel e Equip EIRELI lte 11 R\$ 35.400,00, Cummins Vendas e Serv de mot e Geradores LTDA lte 21 R\$ 103.000,00. Lte 04 frassacado e lte 10 cancelado. S. Dourada/BA, 30/12/2020. Carlos M. Rodrigues-Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL
SINDSUPER- SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ - 01.573.537/0001-03
O Presidente em exercício do Sindicato dos Supermercados e Atacados de Auto Serviço do Estado da Bahia - SINDSUPER, com base territorial no Estado da Bahia, no uso das prerrogativas legais, convoca todas as empresas associadas da categoria econômica que representa, para Assembleia Geral a ser realizada em 14/01/2021 às 09:00 horas, em primeira convocação ou, em segunda convocação, às 09h30min, conforme prescrito no art. 612 da CLT e 26, parágrafo único do Estatuto Social, na sede do Sindicato Patronal, situada na Rua Gilberto Amado, nº 276, Ed. Mamede Pass Mendonça, Jardim Armação, Salvador- BA, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE ALCOBAÇA E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 2) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS PARA INÍCIO DA negociação coletiva de 2021; 3) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CRUZ DA ALMAS para início da negociação coletiva de 2021; 4) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE GUANAMBI, CAETITE E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 5) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAGUAQUARA E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 6) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JUAZEIRO E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 7) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JEUQUE para início da negociação coletiva de 2021; 8) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JUAZEIRO E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 9) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA para início da negociação coletiva de 2021; 10) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE POÇOS E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 11) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E REGIÃO para início da negociação coletiva de 2021; 12) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SENHOR DO BONFIM para início da negociação coletiva de 2021; 13) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TEIXEIRA DE FREITAS para início da negociação coletiva de 2021; 14) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SINCIPÉ para início da negociação coletiva de 2021; 15) Definição da proposta a ser enviada ao SINDICATO DOS CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS PRÓPRIAS DO ESTADO DA BAHIA - SINTRACAP referente aos municípios de ALCOBAÇA E REGIÃO, AMARGOSA, CRUZ DAS ALMAS, GUANAMBI, CAETITE E REGIÃO, ITABERABA E REGIÃO, JAGUAQUARA E REGIÃO, JEUQUE, JUAZEIRO E REGIÃO, MARACÁS E REGIÃO, POÇOS E REGIÃO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS E REGIÃO, SENHOR DO BONFIM, TEIXEIRA DE FREITAS E VITÓRIA DA CONQUISTA para início da negociação coletiva de 2021.
Salvador-BA, 06 de janeiro de 2021.
TEOBALDO LUÍS DA COSTA
PRESIDENTE DO SINDSUPER.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Homologa o resultado do PREGÃO PRESENCIAL 25/2020, objeto: fornecimento de fogos de artifício. Após a análise documental e o julgamento das propostas, declara a vencedora: Ana Maria Pamponet de Sousa Almeida, CNPJ 20.343.524/0001-92. Valor: R\$ 38.470,00. Validade: até 31/12/2020. Ruy Barbosa/BA, 18/12/2020. Luiz Claudio M. Pres. Prefeito.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE BELA VISTA DE BROTAS – AMAVISTA
Convido as pessoas interessadas para a Assembleia de Fundação da Associação de Moradores do Parque Bela Vista de Brotas - AMAVISTA, a comparecerem no dia 18 de janeiro de 2021, às 12 horas, à Rua Professora Guiomar Florence, no. 217, Parauê bela vista de Brotas, nesta capital, para participarem da mesma, na qualidade de sócio fundador, ocasião em que será discutido e votado o projeto de estatuto social e eleitos todos os seus membros do Corpo diretivo. Salvador, 06 de janeiro de 2021.
Carlos Augusto Torres de Seixas Pereira (convocante).

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2020 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO.
Abertura: 19/01/2021 às 14:00h (horário de Brasília) – Objeto: Registro de Preços de Equipamentos de Refrigeração e Eletrodomésticos para Salvador e Região Metropolitana - BB: 847238 - Família: 41.10; 73.10; 73.20. Site: www.licitacoes-e.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl.sae@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 Fax: (71) 3115-3128 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h00 - 13h30 às 18h00 no endereço: 2ª Avenida, nº 200, Secretaria da Administração/SAEB, Coordenação Central de Licitação, Sala 101, Centro Administrativo da Bahia – Salvador/Bahia - 05/01/2021. Kelly Reis Brandão – Pregoeiro(a) Oficial.
SAEB

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
AGUÉ E TRABALHO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 – SEC/COINF
Tipo Menor Preço – Fator K. Abertura: 09/02/2021 às 10:00h. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de ampliação com manutenção civil e elétrica nos colégios: Colégio Estadual Manoel José de Andrade, localizado no município de Planaltino, Colégio Estadual Maria Xavier de Andrade Reis, localizado no município de Presidente Tancredo Neves, Colégio Estadual de Cocos, localizado no município de Cocos, Colégio Estadual Idelzito Eloy de Abreu, localizado no município de Ituberá e Colégio Estadual Coronel João Duque, localizado no município de Carinhanha, neste Estado da Bahia, sob a gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Em razão da reconhecida pandemia do Covid-19 e em atendimento às recomendações dos profissionais da saúde e das autoridades governamentais, a(s) sessão (ões) presencial (is) deste certame ocorrerá por videoconferência, a ser realizadas através do Microsoft Teams, que é uma ferramenta de colaboração corporativa pertencente à plataforma Office 365. O acesso aos procedimentos para uso da ferramenta pelos licitantes será feito pelo endereço eletrônico: <https://comprasnet.ba.gov.br/content/sessao-virtual>. Os licitantes interessados em participar do certame deverão encaminhar os envelopes de proposta e habilitação, na forma descrita no instrumento convocatório, via Correios ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e <http://institutional.educacao.ba.gov.br/licitacoescontratos>. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115.1403. E-mail: copel@educacao.ba.gov.br ou, presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 hs, no endereço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, situada na 5ª Avenida, nº 550, Plataforma II, Térreo, Sala 05, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41.745-004. Salvador/Bahia, 04/01/2021. Taiza da Silva Cabé – Presidente da Comissão.
SEC

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

PANDEMIA Recursos para o enfrentamento à crise sanitária beneficiaram cerca de 390 mil negócios, responsáveis por mais de 9,5 milhões de empregos

Socorro do BNDES a empresas alcança R\$ 154 bilhões em 2020

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas brasileiras no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus alcançou R\$ 154 bilhões no ano passado. Os recursos beneficiaram cerca de 390 mil empresas, que respondem pela geração de mais de 9,5 milhões de empregos. A informação foi divulgada ontem pela instituição.

As primeiras medidas foram tomadas em março de 2020. Na liberação dos valores, o BNDES deu prioridade a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e micro empreendedores individuais (MEIs), que correspondem a 99,6% do total de beneficiários apoiados.

Segundo a instituição, o principal destaque foi o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) que, desde seu lançamento, no dia 30 de junho, garantiu R\$ 92,1 bilhões a 114,5 mil empresas, dos quais R\$ 82,3 bilhões destinados às pequenas e médias. Ao todo, 47 agentes financeiros estão habilitados a contratar empréstimos com a garantia do Tesouro Nacional por meio do Fundo Garantidor de Investimentos, que é o modelo do Peac.

Dos R\$ 154 bilhões destinados às empresas brasileiras, R\$ 20 bilhões foram repassados em março do Fundo PIS-Pasep, administrado pelo BNDES, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso permitiu que pessoas físicas fizessem saques emergenciais e destinassem parte dos recursos



Informação foi divulgada ontem pela instituição

BNDES / Divulgação

ao consumo. “O repasse também ajudou a economia a se reerguer e deu fôlego às pessoas físicas”, destacou o BNDES, por meio de sua assessoria de imprensa.

Um dos empreendedores que receberam recursos do BNDES foi Cristóvão Marques Pinto Júnior, sócio de uma rede de restaurantes de comida italiana em Manaus. Com a pandemia, ele chegou a pensar em abandonar o

negócio, mas decidiu seguir em frente. Com o financiamento do BNDES, oferecido por intermédio do Banco Safra, Cristóvão Marques conseguiu suprir o pagamento da folha de salários e comprar novos equipamentos. “Esse crédito ajudou muito. Ajudou a não deixar meu sonho morrer, a continuar com ele e inclusive a expandir”, afirmou.

Linhas emergenciais

As medidas emergenciais do banco começaram a ser anunciadas no dia 22 de março. A linha Crédito Pequenas Empresas, que oferece crédito para capital de giro, e que já aprovou R\$ 9,1 bilhões, apoiando 27,5 mil empresas, foi uma delas.

O Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (Pese) aprovou, em duas etapas, R\$ 8 bilhões em crédito para

pagamento da folha de salários de funcionários e quitação de verbas trabalhistas. A linha Peac Maquininhas, voltada para empréstimos oferecidos por agentes financeiros com base nas vendas feitas por meio das maquininhas de cartão, chegou a R\$ 3,1 bilhões aprovados para 109 mil empreendedores.

O BNDES Audiovisual (FSA), outra linha emergencial criada para o financiamento a salários, gastos com fornecedores e manutenção da atividade fim das empresas pertencentes à cadeia produtiva do setor audiovisual, apoiou 11 empresas que empregam mais de 7,5 mil pessoas com R\$ 246 milhões. O banco aprovou também R\$ 20 milhões não reembolsáveis para apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

99,6%

do total de beneficiários apoiados são micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e micro empreendedores individuais (MEIs), segundo o Banco

APÓS ALTA RECORDE

Inflação na indústria desacelera em novembro

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Os preços da indústria subiram 1,39% em novembro de 2020 em relação ao mês anterior. Apesar da alta, houve desaceleração em relação ao resultado de outubro, quando o índice registrou a maior alta da série histórica (3,41%), iniciada em 2014.

O indicador já registra 16 altas consecutivas e elevações históricas nos acumulados do ano (18,92%) e dos últimos 12 meses, com 19,69%.

Os dados são do Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação dos preços de produtos na porta da fábrica, sem impostos e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os valores acumulados são os maiores de toda a série do IPP, iniciada em janeiro de 2014.

Segundo o IBGE, em novembro, 19 das 24 atividades analisadas apresentaram variações positivas na comparação com o mês anterior. A atividade alimentar (2,76%) foi a principal responsável pela elevação do índice.

“O setor representa cerca de 25% do peso do IPP, porém, em novembro, ao jun-

tar a variação com o peso, a contribuição no resultado foi de 0,71 ponto percentual dentro dos 1,39%, ou seja, um pouco mais da metade do resultado. Esse já é o quinto aumento consecutivo de preços dos alimentos, que acumulam, no ano, crescimento de 32,01%, o maior desde 2010, e, em 12 meses, de 35,19%”, disse, em nota, o gerente do IPP, Manuel Souza Neto.

Outras atividades

De acordo com o gerente, mesmo com o recuo do dólar em novembro (3,7% em relação a outubro), o mercado externo continuou causando impacto nos preços do setor, mas também houve influência de fatores atrelados ao mercado interno.

Outras atividades que tiveram influência no resultado do IPP foram móveis (4,03%), borracha e plástico (3,58%) e fumo (-2,91%).

Preços subiram 1,39% em novembro de 2020 em relação ao mês anterior



A difícil escolha entre salvar vidas ou a economia tem agora uma saída: a vacina

A virada de ano sempre vem com muitos desejos para o futuro que se aproxima. Em 2021, a unanimidade é a espera pela vacina contra a Covid-19. O cenário difícil enfrentado pela sociedade por conta da pandemia faz com que a espera por dias mais tranquilos seja reflexo da imunização que, infelizmente, ainda não tem data fechada para acontecer.

Na Associação Comercial da Bahia (ACB), a preocupação com as vidas humanas foi foco ao longo de 2020, onde a casa encabeçou ações e auxiliou a capital baiana com a doação de máscaras de proteção para serem distribuídas gratuitamente à população que estava utilizando transporte público para trabalhar.

Neste momento, quando os olhos estão atentos e esperançosos com a vacinação, a entidade compreende e reforça que este assunto, antes de qualquer questionamento, tem um único propósito: salvar vidas!

De acordo com o presidente da ACB, Mário Dantas, a economia foi muito afetada com a pandemia, de forma que os impactos ainda podem ser sentidos, de forma mais perversa em alguns setores.

Além da preservação de vidas, que é o objetivo principal, agilizar o processo de vacinação é também pensar na situação financeira não só das empresas, mas dos profissionais liberais, municípios, estados, do governo federal e das pessoas de uma maneira geral.

“Já tivemos um ano difícil, com muitas perdas humanas e desafios constantes para a manutenção da atividade empresarial. É hora de pensar a vacinação dissociada da questão política e com foco no que é realmente importante que é a sustentabilidade dos negócios e a preservação da vida dos brasileiros”, aponta.

Dantas destaca que a ACB já ofereceu apoio aos poderes públicos para auxiliar na logística de realização da vacinação, por meio da própria ACB e, principalmente, de empresas associadas, para que ela aconteça o mais rápido possível.

“Assim como agimos no início da pandemia, já entendemos que a união de esforços dos poderes público e do setor privado serão imprescindíveis para que a imunização chegue a um maior número de pessoas, em menor tempo. Com as bênçãos do Senhor do Bonfim e de Santa Dulce dos Pobres nosso desejo é que esta vacina venha e traga um ano de muita saúde para nós”.



Mário Dantas é presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB)

Divulgação

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

ATÉ 70% OFF

Banco do Brasil vai vender 1.404 imóveis

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Banco do Brasil anunciou a venda de 1.404 imóveis com descontos que podem chegar a 70%. A oferta abrange casas e apartamentos com valores que variam de R\$ 15 mil a R\$ 21,7 milhões. A campanha de venda tem previsão de seguir até o dia 15 de janeiro.

A Região Nordeste é a que concentra maior número de imóveis à venda, com 590 unidades e descontos de até 65%. Em seguida está a Centro-Oeste: 349 imóveis e descontos de até 70%.

O banco informou que, em 2020, vendeu 770 imóveis decorrentes de créditos concedidos a inadimplentes. Destes, 684 foram por meio da plataforma “Seu

Imóvel BB”. As outras vendas foram feitas por meio de leilão online ou por venda direta.

Para dar segurança ao comprador, o BB garante o pagamento de todas as despesas vinculadas ao imóvel até a transferência da propriedade ao comprador, como impostos, taxas de energia, água e gás e condomínio”, informou em nota.

Para acessar o site do Banco do Brasil com as ofertas de imóveis, basta acessar seuimovelbb.com.br/. Desde meados de dezembro, o banco disponibilizou um outro portal – o AgroBB –, que é dedicado exclusivamente à venda de imóveis rurais. Há nesse portal o portfólio de cerca de 100 propriedades (seuimovelbb.com.br/agroBB).

2021

Banco Mundial prevê salto de 4% no PIB global

ANDREA SHALAL

Reuters, Washington

A economia global deve crescer 4% em 2021 depois de encolher 4,3% em 2020, disse o Banco Mundial ontem, embora tenha alertado que o aumento das infecções por Covid-19 e atrasos na distribuição das vacinas podem limitar a recuperação para apenas 1,6% neste ano.

A previsão semestral do Banco Mundial mostrou que o colapso na atividade devido à pandemia do novo coronavírus foi ligeiramente menos grave do que o previsto anteriormente, mas a recuperação também estava mais moderada e ainda sujeita a consideráveis riscos negativos.

“A perspectiva de curto prazo permanece altamente incerta”, disse o Banco em um comunicado. “Um cenário negativo em que as infecções continuem a aumentar e o lançamento de uma vacina seja adiado pode limitar a expansão global a 1,6% em 2021.”

Com o controle bem-sucedido da pandemia e um processo de vacinação mais rápido, o crescimento global pode acelerar para quase 5%, disse o Banco em seu último relatório de Perspectivas Econômicas Globais.

Mais de 85 milhões de pessoas foram infectadas pelo

novo coronavírus e quase 1,85 milhão morreu desde que os primeiros casos foram identificados na China, em dezembro de 2019.

China

A pandemia deve ter efeitos adversos duradouros na economia global, agravando uma desaceleração já projetada antes do início do surto, e o mundo pode enfrentar uma “década de decepções com o crescimento” a menos que reformas abrangentes sejam implementadas, informou o Banco.

Contrações mais superficiais nas economias avançadas e uma recuperação mais robusta na China ajudaram a evitar um colapso maior na produção global geral, mas as interrupções foram mais agudas na maioria dos outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento, afirmou.

A economia da China deve expandir 7,9% este ano.

“A perspectiva de curto prazo permanece altamente incerta”

BANCO MUNDIAL, em comunicado

Veículo: Correio

Data: 06/01/2021

D QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

Vamos torcer para que aquela parcela de brasileiros que se manifesta contra a vacina mude de ideia, já que a imunização de todos é ainda o melhor caminho para quebrar a cadeia da covid
David Rios

Deputado estadual pelo PSDB, ao defender ampla mobilização social para que a vacina tenha maior alcance

Pista mais limpa

É cada vez maior a tendência de apoio da bancada de oposição ao candidato do PP à presidência da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Niltinho. Em conversas reservadas com a Satélite, parlamentares opositoristas avaliam que a ala pró-Niltinho é, hoje, maior que o grupo aliado ao nome escolhido pelo PSD, Adolfo Menezes, para disputar o comando da Casa. "É fato que, entre nós, o cenário de agora é mais favorável a Niltinho, sobretudo pela relação próxima de muitos deputados da bancada com o padrinho da candidatura dele, que é o atual presidente da Assembleia, mas isso não significa adesão automática. Ainda há muita água pra correr sob a ponte. E tudo pode mudar", avaliou um influente integrante da oposição.

TODOS POR UM

Antes de definir nomes, líderes opositoristas trabalham para unificar os 17 votos do bloco. "Só faltam três deputados na conta. Essa costura final será feita por ACM Neto", disse outro parlamentar do grupo, sobre o papel do ex-prefeito e principal cacique do DEM nas negociações.

Esperando na janela

Embora ainda não haja consenso da oposição sobre os rumos na corrida pelo controle do Legislativo estadual, todos os deputados da bancada consultados pela coluna afirmaram que qualquer decisão vai depender, primeiro, do posicionamento do governador Rui Costa (PT) na disputa. Em suma, se o petista se colocar em campo para apoiar um candidato, o bloco da minoria seguirá o mesmo caminho. "Não vamos entrar para perder. Precisamos manter a influência que temos na Mesa Diretora da Casa e força parlamentar", disse um cardeal da oposição, ao resumir o sentimento do grupo frente à sucessão de Nelson Leal.

Cartas na mesa

Interessado em atrair os votos maciços da minoria, Niltinho se movimenta com intensidade junto às lideranças do arco do DEM para garantir a adesão unânime da bancada, tida como decisiva na disputa pelo cargo, marcada para início de fevereiro. Caso consiga ampliar a capilaridade na oposição, o pepista soma um trunfo poderoso para evitar que o governador apole Adolfo Menezes. De acordo com aliados de Niltinho, Rui prometeu à cúpula do PP que, caso a candidatura dele fosse viabilizada, manteria neutralidade até às vésperas da votação.

Guarda passada

As mortes ocorridas ontem na Praia de Jaguaribe alimentaram rumores sobre uma eventual queda no comando da Polícia Militar. No alto clero da corporação, há quem aposte na dança de cadeiras em curto espaço de tempo e quem afirme que ela foi decidida ainda ontem, a reboque das cenas que chocaram a população da capital e representaram o ápice da escalada de violência em Salvador desde o início da pandemia.

Falha nossa!

A coluna divulgou ontem que o ex-superintendente de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP) o agente federal Rogério Magno, ainda não havia sido devolvido pelo governo do estado aos quadros na PF. Mas no mesmo dia a SSP enviou ofício liberando o retorno de Magno à corporação.

ECONOMIA

Fenabrave: Vendas de veículos têm queda de 21,6%

BALANÇO DE 2020 As vendas de veículos novos tiveram uma retração de 21,6% em 2020 na comparação com 2019, segundo balanço divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Foram emplacados 3,16 milhões de veículos no ano passado, contra 4,03 milhões em 2019.

As vendas de automóveis tiveram queda de 28,5% em 2020 na comparação com o ano anterior. Foram comercializados 1,61 milhão de

carros no ano passado, enquanto em 2019 as vendas chegaram a 2,26 milhões. Em dezembro, os emplacamentos tiveram uma retração de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com a venda de 194,6 mil unidades.

Os caminhões registraram retração de 12,3% nas vendas acumuladas em 2020. Foram emplacadas 89,2 mil unidades no ano e 9,6 mil em dezembro. O resultado do último mês de 2020 apresenta alta de 15,7% em

Em 2020 foram vendidos 1,61 milhão de automóveis, enquanto ue em 2019, foram 2,26 milhões



relação a dezembro de 2019.

As vendas de motos também tiveram alta em dezembro, com o emplacamento de 98,8 mil unidades, aumento de 5% em comparação com dezembro de 2019.

No acumulado de 2020, entretanto, a comercialização de motocicletas teve queda de 15% em relação ao ano anterior, com a comercialização de 915,5 mil unidades. Os ônibus registraram

queda nas vendas de 33% em 2020, com a comercialização de 18,2 mil unidades ao longo do ano. Em dezembro a queda nos emplacamentos ficou em 36,2%, totalizando 1,5 mil ônibus.

Apoio do BNDES a empresas alcança cifra de R\$ 154 bilhões em 2020

EFEITO COVID-19 O apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas brasileiras no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus alcançou R\$ 154 bilhões no ano passado. Os recursos beneficiaram cerca de 390 mil empresas, que respondem pela geração de mais de 9,5 milhões de em-

pregos. A informação foi divulgada ontem pelo BNDES.

As primeiras medidas foram tomadas em março de 2020. Na liberação dos valores, o banco de fomento deu prioridade às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e micro empreendedores individuais (MEIs), que correspondem a 99,6% dos de beneficiários apoiados.

Segundo a instituição, o principal destaque foi o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) que, desde seu lançamento, em 30 de junho, garantiu R\$ 92,1 bilhões a 114,5 mil empresas, dos quais R\$ 82,3 bilhões para as pequenas e médias.

Ao todo, 47 agentes financeiros estão habilitados a contratar empréstimos com

9,1
bilhões de reais foram para as pequenas empresas

27,5
mil delas foram beneficiadas pela ação

a garantia do Tesouro Nacional por meio do Fundo Garantidor de Investimentos, que é o modelo do Peac.

Dos R\$ 154 bilhões destinados às empresas brasileiras, R\$ 20 bilhões foram repassados em março do Fundo PIS-Pasep, administrado pelo BNDES, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

AGRO CONTRATOU MAIS NO 3º TRIMESTRE

MERCADO DE TRABALHO O número de trabalhadores ocupados no setor de agro-negócio cresceu 1,3% no terceiro trimestre de 2020, em relação ao segundo, um aumento de aproximadamente 217 mil pessoas, de acordo com pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, divulgada ontem.

Ainda segundo a pesquisa, no total, 16,94 milhões de

pessoas estavam empregadas em atividades do agro-negócio no período. Por outro lado, na comparação com o terceiro trimestre de 2019, houve queda no número de ocupados de 7,58%, 1,39 milhão de pessoas.

A alta da ocupação em relação ao segundo trimestre indica recuperação no mercado do agro após abril a junho, período em que os efeitos da pandemia sobre o setor foram mais fortes.

ESTRANGEIROS TIRAM R\$ 31,8 BI DA BOLSA BRASILEIRA

INVESTIMENTOS Os investidores estrangeiros retiraram R\$ 31,8 bilhões da bolsa brasileira em 2020, segundo dados divulgados ontem pela B3. Foi o terceiro ano seguido de perda de recursos externos, mas o volume foi menor do que em 2019, quando houve uma retirada recorde de R\$ 44,5 bilhões. Apesar da saída de dinheiro estrangeiro no ano, o mês de dezembro registrou um saldo positivo pelo terceiro mês consecutivo.

BRASILEIRO É O NOVO CEO GLOBAL DA QUALCOMM

TELECOMUNICAÇÕES O executivo brasileiro Cristiano Amon foi nomeado, ontem, o novo CEO mundial da Qualcomm, a fabricante americana que é uma das líderes mundiais em componentes e equipamentos para smartphones e redes de telecomunicações. Ele vai substituir o atual CEO Steve Mollenkopf a partir de 30 de junho de 2021. Mollenkopf, que estava na companhia há 26 anos e era CEO desde 2014, decidiu se aposentar.

Inflação pelo IPC-S desacelera em dezembro

FGV O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), de 31 de dezembro de 2020, variou 1,07%, ficando 0,14 ponto percentual abaixo da taxa divulgada na última apuração, em 22 de dezembro. Seis das sete capitais pesquisadas registraram decréscimo nas taxas de variação. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O IPC-S do Rio de Janeiro variou 1,17%, ficando 0,08 ponto percentual abaixo da taxa registrada na última divulgação. Com este resultado, o indicador acumulou alta de 5,19% no ano. O in-

dice de São Paulo variou 0,89%, com 0,14 ponto percentual abaixo da taxa registrada na última divulgação. O indicador teve alta de 5,09% em 2020.

Em Belo Horizonte, o percentual foi 1,22%, com 0,25 ponto percentual abaixo da taxa registrada no dia 22. Assim, o indicador acumulou alta de 5,31% em 2020. Em Brasília, o índice variou 0,52%, ficando 0,43 ponto percentual abaixo da taxa anterior. O indicador teve alta de 4,43% no ano. O índice de Porto Alegre subiu 1,40%, com 0,07 ponto percentual acima da taxa do dia

1,03%

foi a variação do IPC-S em Salvador no mês de dezembro, segundo levantamento da FGV

5,08%

é o acumulado do ano para o índice na capital baiana

6,93%

foi o acumulado do IPC-S em Recife, mostrou levantamento da FGV

22. Com este resultado, o indicador acumulou alta de 5% no ano.

Em Recife, o índice variou 1,50%, ficando 0,12 ponto percentual abaixo da taxa registrada na última divulgação. O indicador teve alta de 6,93% no ano. O índice de Salvador variou 1,03%, com 0,21 ponto percentual abaixo da taxa registrada na última divulgação e acumulou alta de 5,08% no ano.

O IPC-S é um índice usado pela FGV desde 2003 para detectar mudanças de curso na trajetória dos preços, permitindo monitorar as variações da inflação.

PIB do Brasil deve crescer 3% em 2021, abaixo da média mundial

ESTIMATIVA O Banco Mundial divulgou, ontem, uma estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 3%, para este ano. O dado foi apresentado no relatório 'Perspectivas Econômicas Mundiais' e está abaixo do crescimento da economia global, que deve ser de 4%.

Os cálculos também indicam que o Brasil deve ficar

para trás em relação a outros países da América Latina e Caribe, que devem acumular crescimento de 3,7% em 2021. Ao menos neste comparativo, a queda brasileira em 2020 será menor que os vizinhos: -4,5% contra -6,9%, sempre segundo os dados apresentados pelo Banco Mundial.

O Brasil está, ainda, abaixo da média do PIB agregado

dos países emergentes, que deve ser de 5%, puxado pela China. Os asiáticos devem crescer 7,9% em 2021. Mas mesmo excluindo-se os chineses, a alta seria de 3,4%.

As contas do Banco Mundial para o Brasil são mais pessimistas que a previsão de crescimento do mercado financeiro nacional.

Segundo o boletim Focus divulgado anteontem, a ex-

pectativa média de alta do PIB para 2021 é de 3,40%.

A estimativa do Banco Mundial, no entanto, condiciona os números à "implementação inicial generalizada da vacinação contra a covid-19 ao longo do ano". Além de controlar a pandemia, a entidade reforça que é necessário esforço para implementar reformas que incentivem investimentos.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,298	R\$ 5,303
Dólar Turismo	R\$ 5,375	R\$ 5,447
Euro Turismo	R\$ 6,488	R\$ 6,671

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	10.262,1	-0,4%

POUPANÇA

06/01/2021	0,109%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,8%	3,9%	4,3%
INPC/IBGE	0,9%	3,6%	5,9%
ISP-M/FGV	1,0%	2,3%	26,5%

CRÍPTOMOEDAS

68,3BI

de dólares foi o valor recorde atingido anteontem nos negócios envolvendo criptomoedas nas grandes bolsas mundiais. O dado foi divulgado, ontem, pela CryptoCompare, empresa especializada no mercado digital das criptomoedas.

Veículo: Correio

Data: 06/01/2021

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A presidente da Fiocruz, Nisia Trindade Lima, trabalha de olho no calendário e nos números de produção. Sabe que a saúde e a economia dependem da capacidade de fornecimento de vacinas. Até sexta-feira o instituto deve entrar com o pedido emergencial de uso da vacina da Oxford-AstraZeneca. Até o dia 17, devem chegar as duas milhões de doses importadas da Índia. Em fevereiro, a Fiocruz entrega ao governo 10 milhões de doses e, em março, outras 15 milhões. Ao todo, o instituto vai produzir 100 milhões de doses. O país começará, com a vacinação, a entrar em outra fase. "O momento atual é de muita dor, muita desinformação", lamenta.

Nisia conta que o espaçamento de doze semanas entre as duas aplicações foi, no caso da vacina da AstraZeneca, conclusão de pesquisa clínica. Com a primeira dose, a imunidade já é de 70%.

Uma coisa a nosso favor é esse intervalo de 12 semanas, porque, se essa estratégia for adotada pelo Plano Nacional de Imunização, permitirá que mais pessoas sejam imunizadas - diz Nisia Trindade.

Ela participou na segunda-feira de reunião com a Anvi-

sa, para saber de todos os documentos que faltam para o pedido de autorização emergencial. São documentos que devem vir da Índia, onde são fabricadas as vacinas compradas prontas. Ela não tem dúvidas de que o Instituto Serum vai respeitar o contrato feito e mandar as doses:

- Nós nem somos compradores de vacinas, somos produtores, mas neste momento de dor do país achamos bom fechar esse contrato. Ele deve servir para imunizar o pessoal da saúde, que está na frente de combate ao vírus.

A Fiocruz receberá as doses prontas da Índia. Depois passará a produzir com o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), importado da China. O IFA é o núcleo da vacina. A AstraZeneca

produz globalmente, mas o lote que fornecerá ao Brasil está sendo produzido na China. No segundo semestre a Fiocruz, graças à transferência de tecnologia, passará a produzir tudo aqui de forma independente:

- A partir de agosto teremos autonomia de produção. A tecnologia da Oxford AstraZeneca é muito adequada para nós, porque será a primeira vacina do mundo a usar a tecnologia do vetor viral, do adenovírus. A tecnologia tradicional usa o vírus atenuado ou inativado. Essa usa o adenovírus que carrega parte da proteína do coronavírus. O organismo reconhece e produz anticorpos e células imunes. É um duplo mecanismo. A Oxford estava trabalhando nessa plataforma para o ebola e outros

coronavírus. A tecnologia vai ser útil para outras vacinas.

A Fiocruz, já em abril do ano passado, saiu prospectando fornecedores. O que Nisia explica é que a produção é global, mas muito concentrada, por isso é fundamental que o Brasil invista em ciência e tecnologia.

- É importante entender o fator econômico da vacina. E o geopolítico. Temos que nos preparar para o enfrentamento agora e no futuro investindo no desenvolvimento científico nacional. Está havendo desabastecimento até nos países desenvolvidos. No Brasil, os laboratórios que têm condições de suprir nossas necessidades são a Fiocruz e o Butantan.

Há grupos no Brasil pesquisando vacina para Covid. Não

estão na fase de testes clínicos. A coordenação da Fiocruz em Minas Gerais está trabalhando com a UFMG. Há dois outros grupos de pesquisa na Bio-Manguinhos, um deles estudando a tecnologia do RNA mensageiro da Pfizer. Existe outro núcleo na USP.

- Alguém pode achar que isso não faz sentido porque já existem vacinas. Mas é fundamental acompanhar os aperfeiçoamentos - disse Nisia.

Se no mundo da política existe divisão entre as vacinas, na ciência, existe cooperação. A Fiocruz está participando dos testes clínicos da fase 3 da vacina da Janssen e também da Coronavac, do Butantan, no núcleo de pesquisas de Niterói.

A presidente da Fiocruz disse que a produção num primeiro momento poderá imunizar os grupos mais vulneráveis que são 80 milhões de brasileiros. Explica que crianças, adolescentes e grávidas não poderão, por enquanto, ser imunizados com essa vacina da Fiocruz porque não foram feitos testes nesses grupos. Ela acha que o melhor é que a vacinação tenha coordenação federal e que os brasileiros tenham acesso à vacina pelo SUS.

Governadores cobram cronograma de vacinação

PANDEMIA Governadores cobraram do Ministério da Saúde ontem um cronograma de vacinação contra a covid-19 para todo o país. A demanda foi feita em reunião por videoconferência com o secretário de Vigilância em Saúde da pasta, Arnaldo Medeiros. O questionamento foi feito pelo representante do grupo, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que cobrou do governo datas para o início da vacinação e treinamento de profissionais.

“Por que (ainda) não temos um cronograma para o início da vacinação? Outros países começaram protegendo aquela parte mais vulnerável, isso requer menos doses de vacina. Mas é preciso ter um cronograma agora! Não é razoável que o mundo inteiro já tenha começado vacinação e um país como o Brasil, que tem laboratórios, que tem produção, não ter iniciado a vacinação”.

Dias é presidente do Consórcio Nordeste e coordenador da temática de Vacina do Fórum. O governador afirmou que o governo federal se comprometeu a realizar o treinamento dos profissionais envolvidos antes do Natal: “Não foi. Vai ser mesmo na primeira semana de janeiro? Qual a data? Porque nós temos que mobilizar todos os municípios brasileiros para fazer essa formação de profissionais que trabalharão com a vacinação”.

A reunião teve a participação dos governadores Wellington Dias (Piauí), Ronaldo Caiado (Goiás), Helder Barbalho (Pará), Waldez Góes (Amapá) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), informou o ministério.

No encontro, o secretário voltou a dizer que o governo prevê o início da vacinação ainda em janeiro, o ministério vai comprar todas as vacinas autorizadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e que adotará critérios igualitários para a distribuição de doses aos estados.

Arnaldo relatou também esperar que o país conte com 2 milhões de doses da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford em conjunto com a empresa farmacêutica AstraZeneca no 1º trimestre. Ou seja, até março. A prioridade na ordem de vacinação deverá ser dada a profissionais na linha de frente ao combate da pandemia em hospitais e a moradores de instituições de longa permanência para idosos.

O Ministério da Saúde apresentou em 16 de dezembro o plano nacional de operacionalização da vacinação contra a covid-19 sem um calendário definido para a aplicação dos imunizantes.

No encontro, a Anvisa voltou a dizer que o governo prevê o início da vacinação ainda em janeiro

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redetbahia.com.br

Depois de alguns dias de férias no litoral de São Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro voltou ao trabalho, ontem, e já causou polêmica. Em conversa com apoiadores na saída do Palácio do Planalto, o chefe do Executivo afirmou que o Brasil está 'quebrado' e que não "consegue fazer nada", citando como exemplo as mudanças na tabela do Imposto de Renda. A reação no mercado foi imediata. Economistas, políticos e especialistas em administração pública criticaram a fala do presidente, cobraram a implementação de reformas e garantem ainda que o país tem boa situação financeira.

"O Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, tá, teve esse vírus, potencializado pela mídia que nós temos, essa mídia sem caráter", afirmou Bolsonaro. A ampliação da isenção do IR é uma das promessas de campanha de Bolsonaro que nunca saíram do papel. Em 2019, o presidente chegou a retomar o assunto algumas vezes ao afirmar que a ampliação estava sendo estudada pelo governo.

Atualmente, quem ganha até R\$ 1,9 mil por mês está isento de declarar o IR. Bolsonaro já chegou a dizer que gostaria de aumentar a isenção da tabela do IR para quem ganha até cinco salários mínimos até o final de seu mandato (hoje, R\$ 5,5 mil). A ideia, contudo, já enfrentava resistência da equipe econômica ainda em 2019, quando as contas do governo não estavam afetadas pela crise do novo coronavírus.

Bolsonaro também voltou a intensificar as críticas à mídia, que segundo ele realiza um "trabalho incessante de tentar desgastar" o governo. "Vão ter que me aguentar até o final de 2022, pode ter certeza aí", disse o presidente.

CRÍTICAS

Economistas e especialistas em gestão pública são taxativos no contraponto ao presidente Jair Bolsonaro: o Brasil não está quebrado. O país tem boa situação financeira, mas precisa avançar na aprovação de medidas essenciais para a sustentabilidade das contas públicas, como as reformas tributária e administrativa.

Uma pessoa ou uma empresa fica quebrada quando suas dívidas superam em muito a capacidade de obter dinheiro para pagá-las. Países não quebram, mesmo com dívidas públicas elevadas e/ou déficits públicos altos, como é o caso brasileiro, porque podem emitir dinheiro - nem tanto imprimindo cédulas, mas, principalmente, fazendo mais dívidas. Além disso, podem ampliar a arrecadação cobrando tributos de quem sonega e de quem paga menos do que pode

●● Não é papel do presidente fazer uma declaração equivocada de que o país está quebrado. O que vai pensar um investidor? Mailson da Nóbrega

Ex-ministro da Fazenda

●● Ao sugerir mãos atadas por um país quebrado, o presidente Bolsonaro esquece de que poderia fazer uma reforma administrativa Sergio Vale

Economista-chefe do MB Associações

●● O Brasil não está quebrado. Bolsonaro falou isso para ninguém pedir ajuda. Ele quis barrar pedidos de verbas ao governo Carlos Thadeu de Freitas

Ex-diretor do Banco Central



Presidente da República também afirmou a apoiadores que o coronavírus foi 'potencializado' pela mídia

Bolsonaro diz que o Brasil 'está quebrado' e mercado reage

Economistas, porém, asseguram que o país tem boa situação, mas precisa avançar nas reformas

contribuir efetivamente.

O especialista em administração pública Mathews Delbon diz que a dívida pública brasileira cresceu nos últimos meses, o que fez aumentar a desconfiança do mercado internacional no Brasil.

"O Brasil atingiu 70% do PIB em dívidas enquanto os Estados Unidos estão há anos devendo acima do PIB do país. Qual a diferença entre eles? A confiança do mercado internacional. Os EUA conseguem manter essa confiança mesmo devendo mais que outros países. Ou seja, o país pode dever o que for, que não estará quebrado", afirmou.

O fato de que boa parte da dívida brasileira é denominada em reais também evita esse cenário de "Brasil quebrado", ponderam os analistas. Além disso, o país possui reservas internacionais de mais de US\$ 356 bilhões, uma proteção

para financiamento e garantia para novas captações. "Um país só quebra em casos extremos, com dívida em dólar, e quando não consegue captar para pagar serviço e juros. O Brasil não passa por isso", diz Raul Velloso, especialista em contas públicas.

A economista Elena Landau afirma que o uso do termo "quebrado" foi banalizado por Bolsonaro. Para ela, a declaração traz uma mensagem muito negativa para o mercado, dando impulso para uma perda de confiança no país em um momento que o governo passa por uma crise fiscal e depende do investimento privado.

"O que os credores internacionais, o que os credores do Tesouro vão imaginar quando o próprio presidente da República diz que o país quebrou? Isso significa que o país não tem capacidade de pagar aquilo que ele deve", afirmou.

Guedes: Presidente se referiu ao setor público

Horas depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que o "Brasil está quebrado", o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse à rede de TV CNN que Bolsonaro fazia referência ao esgarçamento das contas públicas. "A economia está voltando em V e o setor privado está decolando", afirmou Guedes.

Paulo Guedes afirmou que o presidente compreende que o governo precisa manter sua credibilidade e respeitar o teto de gastos. Segundo o ministro, não há divergência entre a posição do presidente e as ideias da equipe econômica. A regra do teto limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação e tem sido usada pelo governo como argumento para rejeitar a ideia de ampliar gastos e de prorrogar o auxílio emergencial a informais.

"Não há nenhuma divergência entre nós. Obviamente, o presidente se referiu à situação do setor público", disse Guedes.

De acordo com o ministro, o Brasil está se levantando da fase mais aguda da crise e não fechou vagas formais de emprego nos 11 primeiros meses de 2020 mesmo com as medidas restritivas e de isolamento impostas por estados e municípios.

O QUE PESA A FAVOR DO BRASIL

A dívida do país é denominada em reais e as reservas internacionais - da ordem de US\$ 356 bilhões - fornecem ao país um colchão de segurança contra crises externas

A questão fiscal, que é a base da ideia de país quebrado, pode ser resolvida de diversas maneiras. Um exemplo: só em subsídios e isenções de tributos para setores e empresas, o Brasil gasta por ano mais de R\$ 300 bilhões. Este valor pode ser reduzido. Alguns desses subsídios e isenções são justificáveis. Outros, apenas atendem a interesses de grupos de privilégio

A economia reagiu no último trimestre do ano passado e o setor privado está mais confiante na retomada da atividade econômica. A taxa básica de juros no nível mais baixo da história e o controle da inflação também pesam a favor do Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 06/01/21	



INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS SOMAM R\$ 56 BI EM TRÊS MESES



admin 6 Janeiro, 2021

O Brasil voltou a ser destino do capital estrangeiro no final de 2020, com o aumento do otimismo global em torno da chegada da vacina contra a covid-19. A Bolsa brasileira recebeu uma injeção de quase R\$ 56 bilhões apenas no último trimestre do ano, refletindo a busca dos investidores por mais rentabilidade e a troca de ativos das carteiras – diante da expectativa da chegada de um pós-pandemia. O movimento tende a prosseguir neste ano, afirmam analistas, mesmo com as recentes notícias de mutação do vírus e as novas medidas de lockdown pelo mundo, que podem alterar as atuais previsões de crescimento global.

A entrada de capital estrangeiro desde outubro, no entanto, não foi suficiente para reverter o fluxo de saques em 2020, que encerrou com um saldo negativo de R\$ 31,8 bilhões. Foi o terceiro ano consecutivo de saída líquida de recursos de estrangeiros. Segundo dados da B3, considerando também os investimentos totais dos estrangeiros em ações, incluindo nas ofertas, o saldo em 2019 ficou negativo em R\$ 4,7 bilhões, e, em 2018, em R\$ 5,7 bilhões. Os estrangeiros possuem perto de R\$ 1,1 trilhão investidos em ações no Brasil.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 05/01/21	



SETOR DE PESCADOS PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 214,6 MI NA BAHIA



admin 5 Janeiro, 2021

O setor pesqueiro pretende investir até R\$ 214,6 milhões em três empresas que serão instaladas no estado e, juntas, devem gerar 1,3 mil empregos diretos e indiretos. Segundo números da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o seguimento é responsável pelo aporte de R\$ 19,7 milhões de investimentos, que geram 468 empregos.

Com o volume de R\$ 200 milhões, a unidade da Ocean Grown Brazil Criação de Peixes e Crustáceos, que está sendo implantada no município de Ilhéus, no sul do estado, terá a produção voltada para peixe inteiro, peixe sem cabeça, vísceras e filé de peixe.

Com a instalação, a unidade deve criar 75 empregos nos primeiros cinco anos de operação e a capacidade de produção será por volta de 4,2 mil toneladas por ano. O beneficiamento do produto poderá ser realizado sob encomenda ou através de prestação de serviço por terceiros, exclusivamente na Bahia.

A Peixaria Brasil, em implantação em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), prevê aporte de R\$ 12,6 milhões, geração de 100 postos de trabalho e iniciar a operação no segundo semestre de 2021. Em Feira de Santana, no centro norte, a Porto Frio Comércio e Armazenagem está investindo R\$ 2 milhões na implantação de uma unidade de peixes congelados e deve gerar 76 empregos. A previsão de iniciar a produção é até 2025.

Empresas implantadas

Há 8 anos na Bahia, a Prime Seafood possui uma unidade industrial no município de Alcobaça, no sul do estado, onde investiu R\$ 13,5 milhões em novas câmaras de armazenamento congelado, novos túneis de congelamento, equipamentos para processamento, aquisição de terrenos e reformas das câmaras.

Atualmente, a empresa gera cerca de 182 empregos diretos. A indústria tem duplicado a sua capacidade instalada, que é de 4,5 milhões de kg por ano, modernizando a área industrial de congelamento e processamento de atum.

De acordo com o diretor executivo da Prime, Eduardo Lobo Naslavsky, a empresa exporta cerca de 95% de sua produção para os Estados Unidos e para a Ásia.

Com o investimento de R\$ 1,2 milhão para a instalação da unidade, 12 containers de pele de tilápia, quatro containers de escama exportados para o Japão e a China, a Agrofish Brasil, que já está em fase de operação industrial em Paulo Afonso, no Vale São-Franciscano da Bahia, gera 258 postos de trabalho, com a estimativa de promover mais 80 até o segundo semestre de 2021, além de gerar 1,2 mil empregos indiretos.

A produção de filé de tilápia resfriado e congelado, carne moída de tilápia, camarão sem cabeça e descascado, farinha, óleo, pele e escama de tilápia e de bacalhau é vendida para todo o Brasil. A capacidade de produção prevista é de até 7 mil toneladas de peixe gordo (2,1 mil ton de filé) para os dois primeiros anos e tem a previsão de um aumento para 9,6 mil ton/ano para 2023.

Outras empresas do setor em implantadas no estado são a Pescados Brasil, com investimentos de R\$ 2,5 milhões no município de Jaguaripe, e a Lago Dourado, em Cabaceiras do Paraguaçu, que investiu também R\$ 2,5 milhões em sua unidade industrial.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 05/01/21	



Terça, 05 de Janeiro de 2021 - 21:20

Banco Mundial prevê salto de 4% no PIB global em 2021



Foto: Reprodução / Ministério da Infraestrutura

A economia global deve crescer 4% em 2021 depois de encolher 4,3% em 2020, disse o Banco Mundial nesta terça-feira (5), embora tenha alertado que o aumento das infecções por Covid-19 e atrasos na distribuição das vacinas podem limitar a recuperação para apenas 1,6% neste ano.

A previsão semestral do Banco Mundial mostrou que o colapso na atividade devido à pandemia do novo coronavírus foi ligeiramente menos grave do que o previsto anteriormente, mas a recuperação também estava mais moderada e ainda sujeita a consideráveis riscos negativos, segundo a Agência Brasil.

"A perspectiva de curto prazo permanece altamente incerta", disse o Banco em um comunicado. "Um cenário negativo em que as infecções continuem a aumentar e o lançamento de uma vacina seja adiado pode limitar a expansão global a 1,6% em 2021."

Com o controle bem-sucedido da pandemia e um processo de vacinação mais rápido, o crescimento global pode acelerar para quase 5%, disse o banco em seu último relatório de Perspectivas Econômicas Globais. Mais de 85 milhões de pessoas foram infectadas pelo novo coronavírus e quase 1,85 milhão morreram desde que os primeiros casos foram identificados na China, em dezembro de 2019.

A pandemia deve ter efeitos adversos duradouros na economia global, agravando uma desaceleração já projetada antes do início do surto, e o mundo pode enfrentar uma "década de decepções com o crescimento" a menos que reformas abrangentes sejam implementadas, disse o Banco Mundial.

Contrações mais superficiais nas economias avançadas e uma recuperação mais robusta na China ajudaram a evitar um colapso maior na produção global geral, mas as interrupções foram mais agudas na maioria dos outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento, disse o órgão.

O Produto Interno Bruto agregado de mercados emergentes e economias em desenvolvimento -- incluindo a China -- deve saltar 5% em 2021, após uma contração de 2,6% em 2020. A economia da China deve expandir 7,9% este ano, depois de subir 2% em 2020, afirmou o Banco.

Excluindo a China, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento devem apresentar alta de 3,4% em 2021, após contração de 5% em 2020.

A renda per capita caiu em 90% dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, levando milhões de volta à pobreza, com a redução da confiança do investidor, o aumento do desemprego e a perda de tempo de educação diminuindo as perspectivas de redução da pobreza no futuro, disse o Banco.

A crise também desencadeou aumento nos níveis de dívida entre os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, com a dívida do governo saltando 9 pontos percentuais do PIB, o maior ganho anual desde o final dos anos 1980.

"A comunidade global precisa agir rápida e vigorosamente para garantir que a última onda de dívida não termine com crises de dívida", disse o relatório, acrescentando que as reduções nos níveis da dívida seriam a única maneira de alguns países voltarem à solvência.

O ressurgimento de infecções paralisou uma recuperação nascente nas economias avançadas no terceiro trimestre, com a produção econômica desses países agora devendo subir 3,3% em 2021, em vez de 3,9% como inicialmente previsto, disse o órgão.

O Banco Mundial projeta que o PIB dos EUA vai expandir 3,5% em 2021, depois de contração estimada de 3,6% em 2020. A zona do euro deve registrar crescimento da produção de 3,6% este ano, depois de queda de 7,4% em 2020.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 05/01/21	



Terça, 05 de Janeiro de 2021 - 17:40

Novo presidente da Câmara vai encarar reforma tributária e pressão contra teto

por Danielle Brant | Folhapress



Foto: Reprodução / Click PB

Além de unificar o racha político na Câmara dos Deputados, que opõe a base do governo aos aliados do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o novo presidente da Casa terá o desafio de retomar reformas importantes para recolocar o país numa trajetória de dívida sustentável.

A aprovação da reforma da Previdência, em 2019, levou a uma expectativa no mercado de que seria possível enfrentar, durante o governo Jair Bolsonaro (sem partido), outros entraves. Na lista dos especialistas estavam a mudança no sistema tributário e a reestruturação do serviço público, medidas que poderiam melhorar a produtividade no país.

No entanto, como admitiu o próprio ministro Paulo Guedes (Economia), ainda em abril, a pandemia de Covid-19 provocou uma mudança de agenda que escanteou as negociações para aprovar as reformas tributária e administrativa, assim como outros textos que buscam melhorar a situação fiscal do país.

A emergência sanitária exigiu do Congresso respostas rápidas para compensar a letargia inicial do governo diante dos efeitos da pandemia na vida da população brasileira e sobre as finanças do país.

Mais de 195 mil mortos depois e com um rombo que deve chegar a R\$ 831,8 bilhões no acumulado do ano passado, o governo retomou as articulações no Congresso para tentar aprovar o que ficou pelo caminho ao longo de 2020.

Na Câmara, a pauta econômica do governo deve encontrar amparo nos dois favoritos para presidir a Casa, seja o presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), indicado pelo grupo de Maia, seja o nome apoiado

por Bolsonaro, o deputado Arthur Lira (PP-AL) --nesse último caso, porém, com algumas desconfianças em relação ao apoio estrito às reformas de Guedes.

Baleia, se eleito, terá como tarefa encaminhar uma pauta econômica complexa, começando pela reforma tributária. O presidente do MDB é autor de uma das PECs (proposta de emenda à Constituição) em tramitação no Congresso, a PEC 45, que substitui cinco tributos.

O texto é relatado por outro nome que era favorito de Maia para presidir a Casa, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da Maioria e que abriu mão da pré-candidatura em favor do colega do MDB.

Baleia representa continuidade da agenda econômica defendida por Maia, que em muitos momentos se alinha com a de Guedes --apesar de ambos terem tido embates, com acusações recíprocas de que estavam sendo criadas dificuldades para travar o encaminhamento das reformas.

Lira, por sua vez, defende, em sua rede social, a aprovação de projetos que possam ampliar o equilíbrio de gastos e estabelecer bases sólidas para o investimento no país.

"É importante nesse processo olharmos pelo equilíbrio fiscal do país, limitado ao teto de gastos, desfazendo informações equivocadas publicadas", afirmou recentemente.

A observação feita pelo líder do PP na Câmara busca dissociá-lo de uma das críticas que o deputado sofre nos bastidores de aliados de Maia, de que seu verniz liberal seria "de ocasião".

No passado, o líder do centrão já manifestou apoio às reformas estruturantes, mas com ponderações sobre a necessidade de não deixar de lado alguns pontos que considera importantes. Em fevereiro, por exemplo, publicou em uma rede social que as reformas eram importantes para a economia, mas a longo prazo.

"Não podemos perder de vista o agravamento da crise social com o aumento do mercado de trabalho informal e do desemprego que reluta em cair", escreveu.

Assim como Maia, já manifestou discordância pública de medidas adotadas por Guedes. Em abril, em entrevista à CNN, afirmou que o ministro estava mais preocupado com bancos do que com a reconstrução do país.

"Na minha visão, gerar emprego, alavancar a economia, entregar as obras: isso é pensar na reconstrução do país."

Ao assumir a presidência um ano antes da eleição de 2022, o próximo a comandar a Câmara vai entrar no fogo cruzado da discussão sobre a preservação ou flexibilização do teto de gastos. Governo e parlamentares estão divididos.

Em agosto de 2020, o próprio Bolsonaro admitiu haver conversas sobre o assunto. Com a forte reação negativa do mercado financeiro, ele foi obrigado a recuar e negar a intenção de alterar o mecanismo.

Rossi e Lira coincidem em rejeitar qualquer flexibilização da regra que limita o crescimento da despesa à inflação nos 12 meses até junho do ano anterior.

Há afinidade ainda em outra agenda defendida por Guedes, mas ainda não implementada: a de privatizações.

Lira já afirmou que a venda de estatais poderá liberar recursos para o governo e desafogar o Orçamento. No entanto, reconhece haver dificuldades nessa pauta, em especial no caso da Eletrobras, que encontra resistência no Senado --situação que aumentou após o apagão no Amapá.

O próximo presidente também terá de encaminhar a reforma administrativa, que reestrutura o serviço público. Naturalmente impopular, a possibilidade de aprovar as mudanças diminui a cada mês que se aproxima da eleição de 2022.

Nesse caso, o desafio é grande qualquer que seja o eleito, mas a pressão sobre o grupo de Maia é maior.

Para se contrapor a Lira, candidato do governo, a oposição fechou acordo com o bloco do atual presidente, na expectativa de ser um fator a ser considerado pelo próximo presidente no debate de medidas que entram em conflito com a pauta da esquerda, como a reestruturação do serviço público.

PT, PSB, PC do B e PDT divulgaram um manifesto contra projetos como o que prevê a autonomia do Banco Central e privatizações. Buscam, ainda, convencer os partidos que compõem o bloco de Maia a apoiar a prorrogação do auxílio emergencial e outras pautas de caráter social, mas que podem arriscar a frágil saúde fiscal do país.

PAUTAS ECONÔMICAS

PEC Emergencial

O QUE É

Prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal para controlar os gastos do governo, retira amarras do Orçamento e pode prever a criação de um novo programa social

Situação: travada no Senado desde 2019, a proposta foi adiada para 2021

Teto de gastos

O QUE É

Instrumento que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior

Situação: há pressão para que o governo flexibilize o mecanismo, a fim de que possa ampliar investimentos em obras e programas sociais. Se isso ocorrer, poderá aumentar a desconfiança dos investidores em relação ao comprometimento fiscal do governo

Autonomia do BC

O QUE É

Projeto estabelece a independência de atuação da autoridade monetária, com mandato fixo para o presidente e diretores

Situação: aprovado pelo Senado em novembro, depende de análise da Câmara

Reforma administrativa

O QUE É

Altera a estrutura do serviço público, com mudanças nas regras de contratação, fim da estabilidade na maioria das carreiras e extinção de penduricalhos

Situação: PEC está parada na Câmara

Reforma tributária

O QUE É

Reestrutura o sistema de cobrança de impostos, podendo unificar tributos e criar cobrança sobre dividendos. Governo quer desonerar encargos, criar imposto sobre transações financeiras e reformular o IR

Situação: Comissão mista do Congresso discute propostas. Governo enviou apenas a primeira etapa de sua reforma, com unificação de Pis e Cofins. Não há previsão para votação

Privatizações

O QUE É

Governo quer aval do Congresso para privatizar Eletrobras, Correios, porto de Santos e PPSA em 2021

Situação: discussão está travada e não há perspectiva de análise

Veículo: bahia.ba	
Data: 06/01/2021	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Economia brasileira deve crescer 3% este ano, projeta Banco Mundial

Em previsão semestral divulgada nesta terça, instituição elevou expectativa para o país em 0,8 ponto, mas alertou para impacto da retirada de estímulos



Em previsão semestral divulgada nesta terça-feira (5), o Banco Mundial prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil crescerá 3,0% em 2021, 0,8 ponto percentual acima do prognóstico divulgado em junho. [Para o PIB Global, a estimativa é de um avanço entre 1,6% e 4%.](#)

Porém, a instituição financeira alertou que ao longo deste ano o ímpeto da atividade no país pode perder força à medida que forem retirados estímulos monetário e fiscal. Isso pode reduzir a recuperação da atividade produtiva para 2,5% no final do ano.

“No Brasil, a recuperação do consumo privado e do investimento no segundo semestre de 2020 deve prosseguir no início de 2021, apoiada por melhora da confiança e por condições benignas de crédito”, disse o Banco Mundial no relatório. Para 2020, o Bird calcula que a atividade econômica brasileira retraiu 4,5%. *Fonte: Reuters Brasil.*

Veículo: bahia.ba	
Data: 06/01/2021	Caderno: Economia



Banco Mundial projeta alta do PIB global entre 1,6% e 4% em 2021

Desempenho depende do comportamento do coronavírus; 'a perspectiva de curto prazo permanece altamente incerta', alertou



Após recuar 4,3% no ano passado, a economia global deve registrar alta de 4% em 2021, segundo previsão semestral do Banco Mundial. Ao divulgar a estimativa, o Bird alertou que o aumento das infecções por Covid-19 e atrasos na distribuição das vacinas podem limitar a recuperação para apenas 1,6% neste ano. “A perspectiva de curto prazo permanece altamente incerta”, disse o Banco em um comunicado.

Na previsão semestral, o Banco Mundial avalia que o colapso na atividade econômica devido à pandemia foi menos grave do que o previsto anteriormente, mas a recuperação também estava mais moderada e ainda sujeita a consideráveis riscos negativos.

Ainda segundo o Bird, o PIB agregado dos emergentes pode crescer 5% em 2021, após contração de 2,6% no ano passado. A economia da China deve expandir 7,9% este ano, depois de subir 2% em 2020, afirmou o banco.

O Banco Mundial projeta ainda que o PIB dos Estados Unidos vai avançar 3,5% em 2021, depois de contração estimada de 3,6% em 2020. A zona do euro deve registrar crescimento da produção de 3,6% este ano após queda de 7,4% em 2020. *Fonte: Reuters*

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 05/01/21	



Crise ainda afeta muito os negócios para 60% das pequenas indústrias, diz pesquisa



05 de Janeiro de 2021 às 14:14 Por:

Divulgação Por: Fernanda Brigatti/Folhapress

Os nove meses sob a pandemia do coronavírus em 2020 deixaram estragos na situação das micro e pequenas indústrias de São Paulo.

Para 60% dos empresários, a crise ainda é forte, afeta muito os negócios e não há previsão de uma recuperação sólida.

A constatação aparece em pesquisa Datafolha feita para o Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo) na primeira quinzena de dezembro.

Questões que marcaram a indústria brasileira no último ano, como o desabastecimento de insumos, ainda persistem. "Vejo o ano com preocupação. De setembro para cá, começamos a ver forte alta em preços, mais indústrias sofrendo com falta de matéria-prima e atraso na entrega", afirma Joseph Couri, presidente do sindicato.

Na primeira quinzena de dezembro, 93% das micro e pequenas indústrias estavam pagando mais por insumos. Em setembro, eram 84%. Entre os que relataram falta de materiais, o percentual passou de 54% há pouco mais de três meses, para 78% no fim do ano passado.

Os atrasos nas entregas afetavam 73% das micro e pequenas indústrias em São Paulo -51% tinham essa queixa em setembro.

Couri diz que dificuldades no acesso a linhas de crédito também contribuíram para a interrupção das cadeias produtivas, uma vez que muitas empresas precisaram fechar as portas a partir do início da pandemia.

Além disso, as demissões de trabalhadores e medidas como redução de jornada e salário e suspensão do contrato de trabalho derrubaram o poder aquisitivo dos consumidores e afetaram a demanda.

Quando o consumo foi retomado, muitos dos elos da cadeia estavam desmobilizados.

"Vemos que o desabastecimento vem ocorrendo no resto do mundo. A diferença é que outros países conseguem priorizar suprimentos no mercado interno. Aqui, infelizmente, estamos tendo problema de crédito e o reflexo disso na produção", afirma o presidente do Simpi.

Segundo o Datafolha, 77% das empresas disseram não ter acesso à crédito durante a crise. Esse percentual já foi maior -em abril, 91% não conseguiram dinheiro emprestado.

No fim de 2020, 61% das micro e pequenas indústrias afirmaram ter exatamente o capital de giro necessário para manter o negócio, o melhor resultado desde junho.

Essa melhora na situação do caixa pode também ter elevado a percepção de que o ano que acaba de começar seja melhor do que o anterior.

Quase metade dos empresários -48% deles- está com expectativas positivas para os negócios em 2021. Somente 8% disseram estar pessimistas.

O ânimo é maior entre as pequenas e no interior do estado -52% acham que 2021 será ótimo ou bom. Na região metropolitana de São Paulo, 44% dos empresários estão otimistas com os negócios.

A defasagem no capital de giro também diminuiu no fim de 2020, com menos empresários com dificuldades. Em junho, 62% dos micro e pequenos industriais estavam com caixa insuficiente. Em dezembro, eram 32% em dezembro.

"Tomara que o otimismo se concretize, mas não vejo dado econômico que permita construir esse cenário", diz Joseph Couri, presidente do Simpi.

Em dezembro, 51% das empresas ouvidas pelo Datafolha estavam funcionando normalmente, e 20% tinham uma parte das atividades paradas.

Praticamente o mesmo percentual (21%) informou que estava funcionando, mas com a maior parte das atividades paradas.

A pesquisa Datafolha identificou uma queda no número de pequenas e micro indústrias correndo o risco de falência ou recuperação judicial. Entre as micro, 17% diziam, em junho, que o negócio poderia falir. Em dezembro, eram 7%. Nas pequenas indústrias, o percentual saiu de 10% para 5% no mês passado.

Também em junho, 16% das micro indústrias viam chances de iniciar uma recuperação judicial. Ao fim de 2020, somente 3% consideram essa possibilidade. Entre as pequenas, a recuperação judicial era um risco em 10% e caiu a 6% em dezembro do ano passado.

mercado



O presidente Jair Bolsonaro acena após deixar o Ministério da Saúde nesta terça-feira (5) Pedro Ladeira/Folhapress

O Brasil está quebrado, e eu não consigo fazer nada, diz Bolsonaro

A apoiadores presidente afirma que mídia sem caráter potencializa efeitos do coronavírus

Ricardo Della Coletta e Bernardo Caram

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça (5) que o Brasil está quebrado e que ele não consegue fazer nada. Ele disse ainda que a pandemia de Covid-19 tem sido "potencializada pela mídia".

"Chefe, o Brasil está quebrado, e eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus, potencializado por essa mídia que nós temos. Essa mídia sem caráter. É um trabalho incessante de tentar desgastar para tirar a gente daqui e atender interesses escusos da mídia", disse o mandatário para um grupo de apoiadores na parte externa do Palácio da Alvorada.

As declarações foram transmitidas por um site bolsonarista e destoam de posições apresentadas publicamente pela equipe econômica, que tem batido na tecla de que a atividade econômica está em plena recuperação, o que trará resultados positivos para a arrecadação de impostos.

Membros do Ministério da Economia ainda têm demonstrado confiança de que será possível avançar com a agenda de reformas estruturantes no Congresso, o que poderá dar um impulso a mais nas contas do governo e abrir margem no Orçamento para despesas com investimentos e programas sociais.

O discurso otimista vem sendo repetido pelo ministro Paulo Guedes (Economia) nos últimos meses. Segundo ele, a economia do Brasil está voltando em "V", de forma mais acelerada do que em outros países. O argumento do ministro é que o governo tem condições de fazer reformas, acelerar privatizações e cumprir o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Em publicação em redes sociais nesta terça, mesmo após a fala de Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, adotou tom diferente do pai e se melancólico ao usar a expressão econômica.

"Com o governo Bolsonaro,

o Brasil é um dos países que se recupera mais rapidamente do caos econômico gerado pela pandemia", disse, ressaltando que a perspectiva para 2021 é de um ano "bem promissor".

Em outras ocasiões, o presidente já havia afirmado que o Brasil estava quebrado. Ele tem declarado que o país não tem condições de manter o auxílio emergencial — encerrado em 21 de dezembro — em razão do cenário fiscal e do aumento do endividamento com gastos gerados no enfrentamento do coronavírus.

Ele também tem culpado políticas de distanciamento social adotadas por governos e como responsáveis pela crise econômica do país.

O presidente se referiu ainda em sua fala à promessa de atualização da tabela do IR, mas a ideia nunca saiu do papel.

No Ministério da Economia a afirmação de Bolsonaro não foi interpretada como afronta às posições de Guedes. Pessoas próximas ao ministro afirmam que, apesar do tom mais duro da declaração, ela está alinhada com o que Guedes pensa.

Membros da pasta dizem que a situação fiscal é crítica e que medidas que gerem ampliação de gastos públicos não podem ser adotadas agora.

Segundo auxiliares do ministro, o governo, de fato, não tem dinheiro sobrando em caixa e não é possível, por exemplo, pensar no pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial ou outras ações que gerem perda de receita.

A equipe econômica só aceita debater uma ampliação da faixa de isenção do IR em uma discussão ampla de reforma tributária. Essa renúncia de arrecadação teria de ser compensada com outras ações, como tributação sobre a distribuição de dividendos.

A fala de Bolsonaro recebeu críticas de economistas. Para especialistas ouvidos pela Folha, o presidente usou o conceito de forma equivocada e gerou ruídos que podem trazer impactos negativos para o país.

A economista Elena Landau afirma que o uso do termo "quebrado" foi banalizado por Bolsonaro. Para ela, a declaração traz uma mensa-

gem muito negativa para o mercado, dando impulso para uma perda de confiança no país em um momento em que o governo passa por uma crise fiscal e depende do investimento privado.

"O que os credores internacionais, o que os credores do Tesouro vão imaginar quando o próprio presidente da República diz que o país quebrou? Isso significa que o país não tem capacidade de pagar aquilo que ele deve", afirmou.

Para Elena, Bolsonaro ainda tenta tirar de sua alçada a competência sobre medidas que deveriam ser tomadas para mitigar a crise. Ela ressaltou que o presidente tem priorizado pautas favoráveis aos militares e que reforçam o Orçamento das Forças Armadas em vez de focar assistências como o auxílio emergencial.

"É de uma irresponsabilidade muito grande, só cria uma situação de instabilidade nas áreas de juros e câmbio, além de ele fazer parecer que não tem responsabilidade sobre isso. Onde estão as privatizações que iam fazer, cadê as reformas, cadê o Orçamento de 2021?"

Na avaliação do economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, o conceito usado pelo presidente está errado.

"Alguém precisa dizer para ele que nenhum país em emergência quebra. Mesmo fora da emergência, especialmente um país como o Brasil, que não depende de dólar para financiar sua dívida", disse.

De acordo com Velloso, a crise sanitária que o país vive é inedita e depende de ações do governo. Para ele, o pagamento do auxílio emergencial é necessário, e essa discussão não deveria ser bloqueada pelo presidente.

"Em uma crise, você só precisa ter uma justificativa. E a justificativa é que as pessoas vão morrer na rua se a gente não ajudar [com o auxílio emergencial]. As pessoas estão sendo confinadas, e agora como segunda onda", disse.

Segundo o economista Juliana Damasceno, pesquisadora do Ibre/FGV, só seria possível dizer que o país quebrou depois que fossem esgotadas

Jair Bolsonaro
Com o Governo @jairbolsonaro, o Brasil é um dos países que se recupera mais rapidamente do caos econômico gerado pela pandemia.

Como explicou o Ministro da Economia @MinEconomia Paulo Guedes recentemente, seguimos no mesmo cenário: 2021 é bem promissor! 🇧🇷 #Brasil2021



Tuite de Eduardo Bolsonaro
Bolsonaro (PSL-SP) publicado após as declarações do pai, no qual diz que o Brasil é um dos países que se recuperam mais rápido da crise gerada pela pandemia

Reprodução Twitter



Bolsonaro atribui desemprego a falta de preparo do brasileiro

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro disse a apoiadores nesta terça-feira (5) que uma das explicações para o desemprego no país é que parte dos brasileiros não tem preparação para fazer "quase nada".

Bolsonaro chegou ao Palácio da Alvorada no fim da tarde acompanhado do ministro José Levi (Advocacia-Geral da União). Em conversa com apoiadores divulgada em vídeo e editada por um canal simpático ao presidente na internet, o chefe do Executivo criticou o volume de ações trabalhistas e afirmou que "ser patrão é uma desgraça".

"Então, [o Brasil] é um país difícil trabalhar. Quando fala em desemprego, né, [são] vários motivos. Um é a formação do brasileiro. Uma parte considerável não está preparada para fazer quase nada. Nós importamos muito serviço", disse o presidente.

A retomada do emprego ainda é dividida, mesmo com a geração recorde de vagas com carteira em novembro.

No total, o desemprego bateu novo recorde em novembro, atingindo 14 milhões de brasileiros. A taxa de desocupação chegou a 14,2%, o maior percentual da série histórica da Pnad Covid, do IBGE.

“

O que os credores internacionais, o que os credores do Tesouro vão imaginar quando o próprio presidente da República diz que o país quebrou? Isso significa que o país não tem capacidade de pagar aquilo que ele deve

Elena Landau
economista

“

Alguém precisa dizer para ele [Jair Bolsonaro] que nenhum país em emergência quebra. Mesmo fora da emergência, especialmente um país como o Brasil, que não depende de dólar para financiar sua dívida

Raul Velloso
especialista em contas públicas

mercado

Crise se mantém forte para 60% das pequenas indústrias, diz pesquisa

Levantamento indica que, apesar de incertezas, 48% dos empresários em São Paulo estão otimistas para 2021

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Os nove meses sob a pandemia do coronavírus em 2020 deixaram estragos na situação da micro e pequenas indústrias de São Paulo. Para 60% dos empresários, a crise ainda é forte, afeta muito os negócios e não há previsão de uma recuperação sólida. A constatação aparece em pesquisa Datafolha feita para o Simpí (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo) na primeira quinzena de dezembro.

Questões que marcaram a indústria em 2020, como o desabastecimento de sistemas e o salário e suspensão de contratos derrubaram o poder aquisitivo dos consumidores e afetaram a demanda. Quando o consumo foi retomado, muitos dos elos da cadeia estavam desmobilizados. "O desabastecimento vem ocorrendo no resto do mundo. A diferença é que outros países conseguem priorizar suprimentos no mercado interno. Aqui, infelizmente, estamos tendo problema de crédito e o reflexo disso na produção", diz Couri.

Segundo o Datafolha, 77% das empresas disseram não ter acesso a crédito na crise. Esse percentual já foi maior — em abril, 94% não conseguiram dinheiro emprestado. No fim de 2020, 61% das micro e pequenas indústrias afirmaram ter exatamente o capital de giro necessário para manter o negócio, o melhor resultado desde junho.

Essa melhora na situação do caixa pode também ter elevado a percepção de que o ano que acaba de começar seja melhor do que o anterior. Quase metade dos empresários (48%) está com expectativas positivas para os negócios em 2021. Somente 8% disseram estar pessimistas. O ânimo é maior entre as pe-

quenas indústrias estavam pagando mais por insumos. Em setembro, eram 84%. Entre os que relataram falta de materiais, o percentual passou de 54% há pouco mais de três meses, para 78%. E os atrasos nas entregas afetavam 77% das micro e pequenas indústrias em São Paulo — 54% tinham essa queixa em setembro. Couri diz que dificuldades no acesso a linhas de crédito também contribuíram para a interrupção das cadeias produtivas, já que muitas empresas precisaram fechar as portas no início da pandemia.

Além disso, demissões emergenciais como redução de jornada e salário e suspensão de contratos derrubaram o poder aquisitivo dos consumidores e afetaram a demanda. Quando o consumo foi retomado, muitos dos elos da cadeia estavam desmobilizados. "O desabastecimento vem ocorrendo no resto do mundo. A diferença é que outros países conseguem priorizar suprimentos no mercado interno. Aqui, infelizmente, estamos tendo problema de crédito e o reflexo disso na produção", diz Couri.

Segundo o Datafolha, 77% das empresas disseram não ter acesso a crédito na crise. Esse percentual já foi maior — em abril, 94% não conseguiram dinheiro emprestado. No fim de 2020, 61% das micro e pequenas indústrias afirmaram ter exatamente o capital de giro necessário para manter o negócio, o melhor resultado desde junho.

Essa melhora na situação do caixa pode também ter elevado a percepção de que o ano que acaba de começar seja melhor do que o anterior. Quase metade dos empresários (48%) está com expectativas positivas para os negócios em 2021. Somente 8% disseram estar pessimistas. O ânimo é maior entre as pe-

quenas e no interior do esta-

Micro e pequenas indústrias estão otimistas

Maioria, porém, acha que a crise ainda não acabou

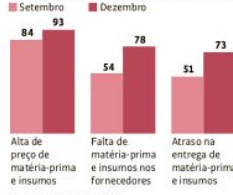
Expectativa em relação à crise econômica



Expectativa quanto aos negócios em 2021

	Otimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
Nas micro indústrias	43	56	9
Nas pequenas indústrias	52	47	11

Dificuldades das micro e pequenas indústrias



Fonte: pesquisa Simpí/Datafolha

do — 54% acham que 2021 será ótimo ou bom. Na região metropolitana de São Paulo, 44% dos empresários estão otimistas com os negócios.

A defasagem no capital de giro também diminuiu no fim de 2020, com menos empresários com dificuldades. Em junho, 62% dos micro e pequenos indústrias estavam com caixa insuficiente. Em dezembro, eram 28% em dezembro.

Tomara que o otimismo se concretize, mas não vejo dado econômico que permita construir esse cenário", afirma o presidente do Simpí.

Em dezembro, 51% das empresas ouvidas pelo Datafolha estavam funcionando normalmente, e 26% tinham uma parte das atividades paradas — praticamente o mesmo percentual (21%) informou que estava funcionando, porém com a maior parte das atividades paradas.

A pesquisa Datafolha identificou uma queda no número de pequenas e micro indústrias correndo o risco de falência ou recuperação judicial. Entre as micro, 17% dizem, em junho, que o negócio poderia falir. Em dezembro, eram 7%. Nas pequenas indústrias, o percentual saiu de 10% para 15% no mês passado.

Também em junho, 16% das micro indústrias viam chances de iniciar uma recuperação judicial. Ao fim de 2020, somente 1% consideraram essa possibilidade. Entre as pequenas, a recuperação judicial era um risco para 10%, mas o índice caiu a 6% em dezembro do ano passado.



CAMPANHA PEDE MAIS AUXÍLIO CONTRA EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA NOS EUA

Placas colocadas à frente do Capitólio, em Washington, como parte de campanha em prol das pequenas empresas americanas. Andrew Cabalero-Reynolds/AFP

Atraso em vacina freará PIB, afirma Banco Mundial

WASHINGTON | REUTERS A economia global deve crescer 1% em 2021 depois de encolher 4,3% em 2020, disse o Banco Mundial nesta terça-feira (5), embora tenha alertado para o risco de que o aumento das infecções por Covid-19 e atrasos na distribuição das vacinas podem limitar a recuperação para apenas 1,6% neste ano.

A previsão semestral mostrou que o colapso na atividade devido à pandemia de coronavírus foi ligeiramente menos grave do que o previsto anteriormente, mas a recuperação também estava mais moderada e ainda sujeita a consideráveis riscos negativos.

"Um cenário negativo em que as infecções continuam a aumentar e o lançamento de uma vacina seja adiado pode limitar a expansão global a 1,6% em 2021".

Com o controle bem sucedido da pandemia e um processo de vacinação mais rápido, o crescimento global pode acelerar para quase 5%, disse o banco.

Sauditas fazem petróleo disparar e puxam Petrobras

SÃO PAULO Após cair 1,77% pela manhã, a Bolsa brasileira fechou em alta de 0,43% nesta terça-feira (5), a 119,376,21 pontos, maior valor desde a terça (29) e próximo ao recorde de fechamento de 119,527,63 pontos, alcançado em 23 de janeiro de 2020.

O pregão, porém, caminhava para acenar ovies negativo registrado na véspera, com a apreensão de investidores em torno da eleição para senador no estado americano da Geórgia, cujo resultado determinará o equilíbrio de poder entre republicanos e democratas no Senado dos Estados Unidos, e do aumento nos casos de Covid-19, com novo lockdown na Inglaterra.

Pela tarde, a disparada do petróleo puxou a melhora do mercado de ações global. No Brasil, as ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras fecharam em alta de 3,92%, a R\$ 30,24, maior valor desde fevereiro de 2020, antes de a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarar a pandemia do novo coronavírus.

O barril de petróleo Brent (referência internacional) fechou em alta de 4,9%, a US\$ 53,66, maior valor desde fevereiro de 2020. O petró-

leo dos EUA (WTI) também avançou 4,9%, para US\$ 49,93.

A valorização da matéria-prima veio após notícias de que a Arábia Saudita fará cortes de produção voluntários e diante do aumento na tensão política internacional pela apreensão de um navio sul-coreano pelo Irã.

Ossauditas farão cortes adicionais voluntários de 1 milhão de barris por dia (bpd) à produção de petróleo em fevereiro e março. A medida faz parte de um acordo para convencer os produtores da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e aliados a manter o bombeamento estável em meio a preocupações de que novos lockdowns relacionados ao coronavírus afetem a demanda.

"A Arábia Saudita colocou a cereja no bolo, e se há uma forma de descrever o que esses cortes voluntários repre-

sentam para o mercado, happy hour é um termo bem apropriado", disse Bjorn Tonnhaugen, chefe de mercados de petróleo da Rystad Energy.

Um documento interno da Opep+ visto pela agência de notícias Reuters, datado de segunda (4), destacou riscos baixistas e alertou para o fato de que "a retomada de medidas de contenção da Covid-19 em todos os continentes, incluindo lockdowns totais, está afetando a recuperação da demanda por petróleo em 2021".

Enquanto isso, as tensões em torno da apreensão de um navio sul-coreano pelo Irã, país membro da Opep, continuam. Nesta terça, o Irã negou que estaria mantendo um navio sul-coreano e seus tripulantes como reféns, um dia após apreender o navio-tanque no golfo em meio a pressões para que Seul libere US\$ 7 bilhões em fundos congelados por sanções impostas pelos EUA.

"A decisão da Opep+ foi determinante para a virada do mercado ao longo do dia e do fechamento positivo, ofuscando a extensão de lockdown na Alemanha e Reino Unido", diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Segundo Ribeiro, a alta do petróleo também ofuscou a declaração de Jair Bolsonaro de que o Brasil estaria quebrado e que ele não conseguiria fazer nada a respeito, que reverberou nos juros futuros. O Juro para outubro de 2021 subiu 2,45% na véspera para 2,52%.

O dólar chegou a subir para R\$ 5,3540, mas fechou em queda de 0,11%, a R\$ 5,2640, acompanhando o viés positivo dos mercados.

Em Nova York, Dow Jones subiu 0,55%, e S&P 500 teve alta de 0,71%. Júlia Moura

Com Reuters

Governo não paga a banco do Brics e culpa o Congresso

BRASÍLIA O Brasil deixou de pagar uma parcela de US\$ 292 milhões (R\$ 1,6 bilhão) para um aporte de capital do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como banco do Brics). O prazo para pagar venceu no domingo (3).

A instituição financeira foi criada pelo grupo dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Sem o pagamento, o governo brasileiro pode perder o direito a voto no banco, hoje presidido pelo ex-secretário de governo Marcos Troyjo.

Em nota, o Ministério da Economia repassou ao Congresso a responsabilidade, com o argumento de que pediu remanejamento orçamentário, mas que os recursos foram redirecionados para outros gastos.

ABRME - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MÁQUINAS DE DEFESA E SEGURANÇA
 Av. Paulista, 129 - 15º andar - Cep: 01311-101 - Beca: (11) 3066-9000
 Conselho de administração: presidente: Roberto Carneiro; presidente executivo: Roberto Carneiro; presidente administrativo: Roberto Carneiro; presidente financeiro: Roberto Carneiro; presidente de marketing: Roberto Carneiro; presidente de operações: Roberto Carneiro; presidente de tecnologia: Roberto Carneiro; presidente de recursos humanos: Roberto Carneiro; presidente de relações públicas: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade: Roberto Carneiro; presidente de compliance: Roberto Carneiro; presidente de ética: Roberto Carneiro; presidente de diversidade: Roberto Carneiro; presidente de inclusão: Roberto Carneiro; presidente de acessibilidade: Roberto Carneiro; presidente de transparência: Roberto Carneiro; presidente de integridade: Roberto Carneiro; presidente de governança: Roberto Carneiro; presidente de estratégia: Roberto Carneiro; presidente de inovação: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade social: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade ambiental: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade econômica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade cultural: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade política: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade legal: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade regulatória: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade normativa: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade jurisprudencial: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade doutrinária: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade teórica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade científica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade tecnológica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade científica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade tecnológica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade científica: Roberto Carneiro; presidente de sustentabilidade tecnológica: Roberto Carneiro.



Reação de quem não quer abrir mão de privilégios é obstáculo à reforma tributária, diz economista

O presidente do Insper, Marcos Lisboa, afirma que, para reforma avançar no Congresso, será necessária a construção de um consenso na sociedade e a liderança do governo

Entrevista com

Marcos Lisboa, economista

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

05 de janeiro de 2021 | 11h18

BRASÍLIA - Presidente do **Insper**, o economista **Marcos Lisboa** é um observador atento do desenrolar da **reforma tributária** no Congresso. Ele considera que o caminho para uma boa reforma é garantir que os "iguais" paguem a mesma carga de impostos. Lisboa alerta, porém, que, na hora em que se tenta tratar todo mundo como igual, os grupos organizados se mobilizam e dizem: "comigo não, começa pelos outros". Essa é a resistência, segundo ele, que vem sendo enfrentada pela proposta que não avançou no ano passado.

“Vamos aceitar os grupos terem pequenas perdas organizadas em troca de um ambiente de negócios mais saudável, mais competição, justiça tributária e maior abertura ao comércio, com maior acesso às tecnologias? Ou vamos continuar nessa situação ruim em que ninguém quer abrir mão?”, questiona.

Neste entrevista, Lisboa analisa também as resistências à agenda de corte de renúncias tributárias (a maior parte consituída de privilégios a grupos e setores específicos), que volta e meia retorna ao debate como tábua de salvação para as contas públicas, mas nunca avança. Neste ano, a previsão é que o governo deve abrir mão de R\$ 307,9

bilhões com isenções tributárias e benefícios financeiros e de crédito, o equivalente a 4% do **Produto Interno Bruto (PIB)**.

Por que é tão difícil avançar na agenda de corte de renúncias?

É um desafio porque em geral cada um desses gastos está regulamentado por uma lei específica ou até mesmo pela Constituição. Não é possível fazer uma abordagem geral, uma lei geral, para reduzi-los. Tem que enfrentar caso a caso. Mas cada vez que se vai entrar num caso particular, os grupos beneficiados se opõem. Vai discutir Zona Franca de Manaus, **Simples** (*regime que simplifica o pagamento de impostos e oferece tratamento diferenciado para micro e empresas de pequeno porte*), isenções, recebe a reação dos diversos grupos que são beneficiados.

A reforma tributária ajuda a desatar esse nó?

A proposta que está na Câmara enfrenta o problema da tributação sobre consumo. Cria uma regra comum. Qualquer decisão de consumo, independentemente se é um serviço ou a compra de um bem durável, passará a pagar a mesma carga tributária. Tributa-se igualmente e tem um processo muito mais simples de calcular, que é essencialmente pegar as notas fiscais do que se vendeu e descontar das notas do que comprou, e pagar uma alíquota única sobre a diferença.

Os críticos apontam que vai gerar um aumento da carga e que não seria o momento porque o Brasil está saindo de uma recessão.

Se a alíquota for bem calibrada, não é verdade que vai aumentar. Vai ser cobrada a mesma alíquota de todas as decisões de consumo, deixando-se de privilegiar algumas decisões em detrimento das demais. Aumentará em alguns casos e cairá em outros. Por exemplo, alguns serviços são muito onerados, como energia elétrica, que tem uma carga tributária muito elevada. Telecomunicações é a mesma coisa. Isso seria desonerado. Significa menos preços desses insumos para as empresas, as famílias. Outras decisões de consumo atualmente são menos oneradas e vão passar a pagar um pouco mais.

O corte de renúncias, não relacionados diretamente à reforma tributária, deveria ser aprovado antes dela ou pode vir junto?

O sistema do Brasil é tão caótico que é difícil corrigir todas as distorções de uma vez só. Há muitas distorções e muitas injustiças. Famílias em situações muito parecidas de renda, número de filhos, pagam alíquotas muito diferentes de imposto sobre a renda. Se

é um empregado formal, a alíquota é bastante alta. Por outro lado, se você se organiza como uma pequena pessoa jurídica, paga muito menos. O caminho para uma boa reforma tributária é garantir que os iguais sejam igualmente tributados.

Por que o brasileiro reclama que paga muito imposto, mas não briga para acabar com essas distorções e desigualdades?

No Brasil, se paga muito imposto para um país emergente. Isso decorre de termos gastos obrigatórios do setor público muito altos. A segunda parte da história é que esse imposto é desigualmente distribuído sobre as decisões de consumo e sobre as famílias. Aí, os grupos reagem. Quem paga menos imposto não quer ser tratado como os demais. Vimos na discussão da reforma tributária diversos setores que ficaram preocupados de ter um pequeno aumento da carga tributária porque pagam menos. A reação foi de que querem pagar menos do que os demais: ‘não quero pagar imposto como o resto da sociedade’. Essa é a resistência à reforma.

O governo terá de aumentar a arrecadação via impostos para pagar os gastos da covid-19 em 2021?

O ideal seria uma reforma tributária que equalizasse a tributação para as famílias com a mesma renda. Isso daria um alívio para o País e tiraria todo esse contencioso tributário gigantesco que temos hoje, que paralisa os negócios e penaliza a produção. Isso permitiria ganho de produtividade. Sabemos hoje que uma parte importante da diferença de produtividade e de renda entre país pobre e rico é a proteção setorial. O país fica fazendo o que não faz bem ou fazendo de uma forma ineficiente.

Governo e Congresso estão convencidos dessa agenda?

A sociedade não está convencida dessa agenda. Vemos diversos grupos organizados da sociedade e do setor privado contra uma agenda de modernização e maior justiça tributária e redução dos subsídios. O que acaba acontecendo no **Congresso** é o reflexo de uma falta de consenso da sociedade. Mas tem também uma falta de liderança do Executivo nessa agenda. O próprio governo dá sinais contraditórios do rumo que quer retomar. Ainda agora, assistimos à concessão de novas distorções, como foi o caso da importação de armas (*o governo zerou o imposto de importação de revólveres e pistolas*).

O Congresso minimiza a importância da reforma tributária?

A reforma teve bastante apoio em meados do ano passado. O que houve foi que o governo sinalizava em outra direção, ainda que de forma confusa, **como no caso da CPMF repaginada**. Se o Executivo tem essa ambiguidade sobre qual caminho defende, é muito difícil avançar com uma agenda importante como essa no Congresso. **O ano de 2020 provou que não dá para avançar na agenda de reforma tributária sem o governo?**

É extremamente difícil. Estamos num regime presidencialista, o Executivo é quem tem as informações consolidadas da política pública. É quem tem a liderança do processo. Mas o próprio governo não sabe bem o que quer. As declarações são muito inconsistentes. Uma hora apoia uma medida e outra hora apoia outra.

A tributária é aquele tipo de reforma que todo mundo quer, mas sem que saia perdendo?

O debate por vezes subestima o custo do nosso atual sistema tributário. As empresas tomam decisões ineficientes de produção, de escolha de tecnologia e do que produzir, em razão da tributação desigual. Isso resulta em menor produtividade e menor crescimento econômico. Além disso, há a injustiça do regime atual, em que pessoas ou empresas em situações parecidas pagam tributos diferentes simplesmente em razão de como estão legalmente organizadas. Tem decisões de consumo que são mais oneradas do que outras. A reforma tributária tem o mérito de equalizar a cobrança de tributos. Mas na hora que vai tratar todo mundo como igual, os grupos organizados se mobilizam e dizem: 'comigo não, começa pelo outros'. Isso trava o processo.

A reforma tributária tem interesses muito mais pulverizados e é mais complexa que a da Previdência. Como captar apoio para ela?

Estamos crescendo pouco e há muito tempo. Perdemos essa década. Os brasileiros empobreceram nessa década. Parte do problema vem dessa série de distorções setoriais e distribuição de benefícios. Para o País voltar a crescer como os demais, tem que começar a superar essas restrições. É uma escolha do País. Vamos aceitar os grupos terem pequenas perdas organizadas em troca de um ambiente de negócios mais saudável, com mais competição, justiça tributária e maior abertura ao comércio, com maior acesso às tecnologias? Ou vamos continuar com essa economia estagnada por que ninguém quer abrir mão do seu pequeno privilégio?

Quando começou a se discutir corte das deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física, a proposta não foi adiante. Por que?

É bom deixar claro. Isso é parte do Brasil. Se concede benefícios para quem está na elite do País. Se a pessoa ganha mais de R\$ 30 mil por mês, está no 1% mais rico do País. Boa parte desses benefícios de saúde, educação e outros vai para os mais ricos. Não vai para a grande parte da população. O que é preocupante no Brasil é que alguns temas, que são relativamente pequenos do ponto de vista do valor envolvido, servem como cortinas de fumaça para travar discussões muito mais profundas e mais complexas.

Quer dizer que o que debate sobre o corte de isenções acaba travando a mudança na tributação sobre o consumo?

Algumas coisas simbólicas travam a discussão.

Por exemplo?

Discutir ao mesmo tempo a tributação sobre consumo e sobre a renda, que são duas reformas imensas e complexas. Para piorar, em geral deixa-se de fora a tributação sobre lucro presumido ou o Simples, que geram imensas distorções, em que famílias iguais pagam impostos de forma diferente. É claro que se deve discutir os impostos sobre a renda e distribuição de resultados (*das empresas*). Mas a discussão acaba embaralhando muitos temas e deixando oportunisticamente alguns problemas de fora. Outro exemplo é a proposta de uniformizar a tributação sobre consumo, seja ele livros, cinema, saúde, educação, alimentação. É impressionante a quantidade de distorções, as listas são de páginas e páginas de produtos, discriminando bulbo de cebola, cavalos puro-sangue, desde que não seja do tipo Inglês, e por vai. Mas aí alguns setores se organizam, como as editoras e livrarias, e toda a discussão sobre o resto é paralisada.

E o caso da desoneração da cesta básica?

É ótimo exemplo. Ao invés de desonerar os produtos da cesta básica, que são consumidos por ricos e pobres, o mesmo valor que o governo deixa de arrecadar se fosse transferido para o Bolsa Família, a queda na desigualdade de renda seria 12 vezes maior. O impacto seria muito maior fazendo uma política via o gasto do que via tributação sobre o consumo. A política pública em geral é muito mais eficaz via gasto do que tributação. A tributação progressiva deve ser sobre a renda.

Essas discussões travaram o avanço na reforma tributária e que se associou ao debate que cresceu na pandemia da tributação do andar de cima?

Todo mundo acha que os mais ricos são sempre os outros. Esse é o problema do Brasil. **O discurso de tributar os mais ricos é fácil.** Agora, na prática, vamos equalizar a tributação do lucro presumido ao do trabalhador formal? Como pode pessoas com renda de R\$ 50 mil, R\$ 10 mil por mês, de uma empresa de lucro presumido, pagar uma alíquota de imposto menor do que os trabalhadores formalizados, com renda muito menor?

Mas a discussão de uma tributação maior para os mais ricos não é importante?

Podemos ter no Brasil uma alíquota marginal maior sobre a renda da pessoa física. É uma discussão legítima. Em vez de ir até 27,5%, ir a 34%. Mas há distorções imensas que não põem ser esquecidas. Por exemplo: as empresas que declaram pelo lucro real têm uma alíquota efetiva entre 25%, 27%. As do lucro presumido e do Simples pagam muito menos, independentemente da renda de quem recebe. A pessoa pode ser um acionista pequeno de uma grande empresa ou sócio grande de uma empresa do lucro presumido. Assim, pessoas muito ricas pagam uma alíquota bem menor do que a classe média. Em vez de enfrentar o problema de fundo, garantir que quem recebe na ponta o dinheiro, deveria ser o foco da análise. Mas trava a discussão quando ela entra no Simples, no lucro presumido, que é onde estão as nossas maiores distorções na tributação sobre a renda.

Mais importante agora na reforma tributária é mudar a tributação sobre o consumo?

O adequado deveria ser convergir para uma situação de igualdade tributária sobre o consumo e progressividade (*penalizar menos os mais pobres*) de imposto sobre a renda das famílias. Se esse é o ponto de chegada, estaremos resolvendo vários ruídos dessa discussão. Entender que hoje tem acionista que paga muito imposto e outros que pagam pouco, e isso muitas vezes nada tem a ver com o lucro que o acionista recebe. Tem trabalhadores que são muito onerados, enquanto prestadores de serviço que exercem atividades equivalentes, com renda equivalente, pagam bem menos. Entender que as distorções da tributação sobre o consumo têm impacto perverso sobre o crescimento.

O debate está sem foco?

O debate no Brasil por vezes se perde em temas corretos, mas muito pequenos frente à extensão do desafio. Não se discute o problema fundamental que é o crescimento do gasto com a máquina pública que pouco chega à população. Vamos lembrar que o Brasil aumentou sua carga tributária em nove pontos percentuais do PIB em 25 anos. É um aumento expressivo e, quando se compara os países parecidos com o Brasil e os indicadores sociais, não melhorou mais que maioria. Melhorou menos. Tivemos mais arrecadação, endividamento público e isso virou menos benefício social do que o esperado, quando comparamos com os demais países emergentes. A nossa tecnologia de tirar dinheiro da sociedade e fazer política pública que beneficia o cidadão tem problema de desenho, de gestão, e não chega onde deveria chegar.

Estados e municípios buscam saídas para pagar R\$ 104 bi em precatórios

Discussões envolvem linha de crédito especial e novo adiamento do prazo de pagamento

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Marco Antonio Innocenti: situação seria diferente se Estados e municípios tivessem buscado o financiamento federal ou o uso dos depósitos judiciais — Foto: Claudio Belli/Valor

Estados e municípios buscam alternativas para tentar colocar em dia o pagamento de precatórios. Com um estoque de R\$ 104 bilhões, a expectativa é que não consigam pagar tudo que devem até 2024, prazo final estabelecido pela Emenda

Constitucional (EC) nº 99, de 2017. Uma das saídas é um novo adiamento. A outra é uma linha de crédito especial, que deveria ser oferecida pelo governo federal.

O financiamento está sendo discutido em ação (ADO 58) no Supremo Tribunal Federal (STF), apresentada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o partido Democratas (DEM). Defendem a imediata instituição da linha de crédito especial prevista na EC 99.

As entidades alegam que o prazo constitucional para a União oferecer essa linha de crédito terminou em junho de 2018, e haveria omissão constitucional. Em documento apresentado ao STF, a FNP destaca que a medida não pretende ser a única solução para a totalidade da dívida dos precatórios, mas sim uma alternativa para os casos graves de endividamento, agravados com a pandemia.

No fim do ano, o ministro Dias Toffoli, relator do caso, determinou a criação de um grupo técnico de trabalho para uma tentativa de acordo na ADO 58. A determinação veio depois de uma audiência de conciliação, realizada por meio de videoconferência.

A questão dos precatórios foi lembrada diversas vezes pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele considera haver uma “indústria”, por causa dos valores elevados das condenações judiciais. A União, porém, está em dia com os pagamentos. O estoque, em 2019, estava em R\$ 557 milhões. Mas pagar em dia custou cerca de R\$ 50 bilhões naquele ano, considerando a expedição de novos títulos.

O valor de R\$ 104 bilhões, devido por Estados e municípios, também é referente a 2019. Inclui vencidos e devidos naquele ano e representa um aumento nominal de 6,2% em relação a 2018. Os dados são de um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do escritório Innocenti Advogados. O montante correspondeu a 9,4% de toda dívida consolidada desses entes e 1,4% do PIB nacional em 2019.

Se nada for feito até 2024, a solução será uma nova emenda constitucional ampliando o prazo, segundo o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre. Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 95, de

2019, que poderia esticar o prazo final até 2028. Mas está parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para ele, o grupo de trabalho montado pelo Supremo é uma boa solução. “É preciso disposição das partes para convergir e resolver o problema”, afirma Perre.

Na média, o valor original de um precatório representa apenas 40% do total devido após dez anos de sua emissão. Por isso existem sugestões como o financiamento pela União e até de uso de depósitos judiciais - com correção menor que a dos títulos.

Em abril do ano passado, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu para participar como amicus curiae da ação sobre a linha de crédito especial. No processo, a entidade apresentou sugestões para possibilitar o pagamento dos vencidos, entre elas o uso de depósitos judiciais.

De acordo com o estudo da FGV, um precatório de R\$ 100, emitido em dezembro de 1999, valeria R\$ 509,62 em junho de 2020 - valor 17% superior ao de um depósito judicial também corrigido. A diferença indica o potencial de ganho econômico caso os valores retidos como depósitos judiciais fossem utilizados para quitação de precatórios.

“Percebemos que os precatórios foram usados ao longo do tempo como uma alternativa para se fazer política fiscal. E quem tem mais dívidas também acumula mais precatórios”, afirma Renan Gomes De Pieri, responsável técnico pela pesquisa. O atraso nos precatórios, acrescenta, foi uma alternativa de Estados e municípios para lidar com as contas.

Para o pesquisador, chamam a atenção os deságios muito elevados na venda dos precatórios no mercado secundário. Para os títulos no início da ordem cronológica é de 60%. E para os que estão no fim da fila pode chegar a 83%. Como muitos credores são pessoas físicas, afirma De Pieri, eles não têm acesso a crédito e vendem os precatórios para obter dinheiro mais rápido.

Hoje, há diferentes realidades nos Estados e municípios, segundo Gilberto Perre, da Frente Nacional de Prefeitos. Por isso, diz, é importante separar os superendividados dos endividados. “Achar uma regra constitucional que vá responder a dinâmicas tão heterogêneas de Estados e municípios não é uma engenharia fácil de resolver”, afirma o secretário-executivo.

A proposta de financiamento na ADO 58, explica, é para os superendividados, aqueles em que o Tribunal de Justiça determina pagamento maior do que 3% da receita corrente líquida num ano. E o crédito seria para a porcentagem acima de 3%. Hoje são 88 municípios nessa situação, de acordo com Perre. “Ninguém está propondo ao governo federal fazer uma linha de crédito de R\$ 100 bilhões para quitar tudo da noite para o dia.”

Para o presidente da Comissão de Precatórios da OAB, Eduardo Gouveia, o governo federal ganha um tempo com o grupo criado pelo STF. Ou Estados e municípios vão buscar empréstimos na esfera privada ou vão para a Justiça, acrescenta. Ele lembra que, em 2019, o Estado do Maranhão obteve uma liminar no Supremo determinando que a União providenciasse a abertura de linha de crédito especial para que pudesse pagar precatórios submetidos ao regime especial.

“Conseguiram liminar e conseguiram cumprir [os pagamentos]. Essa é a prova de que não há necessidade de regulamentação, porque a regra para concessão de linha de crédito já está bem colocada na Constituição”, afirma Gouveia

A situação seria diferente hoje, segundo Marco Antonio Innocenti, presidente da Comissão de Precatórios do Instituto dos Advogados de São Paulo, se os entes tivessem pedido, no passado, a substituição das dívidas - uso dos depósitos judiciais - ou o financiamento da União ao invés de prorrogar prazos de pagamento. “Não pagar precatórios gera uma desconfiança, descrédito”, diz. “A insegurança jurídica afeta os negócios.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

Fim do auxílio e repique da pandemia podem atrasar retomada de serviços

Expectativa é que a retomada continue nos próximos meses, ainda que de forma lenta

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O apetite dos consumidores para compras em restaurantes e supermercados seguiu em recuperação no mês de novembro, mas ainda sem apagar os prejuízos herdados do choque da covid-19, mostram dois índices calculados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e a bandeira de benefícios Alelo.

À frente, os sinais para ambos os segmentos são ambíguos: a expectativa é que a retomada, ainda que lenta, continue nos próximos meses, mas o repique da pandemia e o fim do auxílio emergencial podem inibir a volta do consumo das famílias.

O Índice de Consumo em Restaurantes (ICR) mostrou em novembro uma queda de 42,7% nas transações em relação ao mesmo mês de 2019, menos negativo que o mês anterior, quando caiu 44,3%, e bem abaixo do ápice da crise em abril, quando registrou baixa de mais de 60%, também na comparação anual.

O valor total gasto em restaurantes segue numa retomada mais rápida: registrou baixa de 23,1% em novembro, de um recuo de 48,5% em abril, um sinal de que parte do movimento nesses estabelecimentos foi transferido para as entregas em domicílio. Vale a ressalva, no entanto, que o número de estabelecimentos funcionando está muito próximo ao patamar de novembro de 2019, e é apenas 1,7% menor.

“Se de um lado tem uma tendência de as pessoas saírem mais de casa no fim do ano, por outro o repique da pandemia acaba diminuindo a propensão de ir a restaurantes, então é difícil prever como serão os resultados em dezembro”, afirma Bruno Oliva, pesquisador da Fipe.

Na reta final de 2020, o governo paulista decidiu apertar momentaneamente os horários de funcionamento de bares e restaurantes, assim como o período para venda de bebida alcoólica. São Paulo é o local com maior peso dentro do indicador.

Em trajetória mais benigna, o Índice de Consumo em Supermercados (ICS) caiu 13,9% em novembro, também em recuperação ante outubro (-14,5%) e acima do pior momento, quando recuou 18,6%. Os dados nacionais ainda apontam um cenário mais positivo no valor total gasto em supermercados, que está 4,1% acima de novembro de 2019. Ou seja, embora façam menos idas, os consumidores estão

gastando mais nos estabelecimentos. A quantidade de supermercados que realizaram transações também é quase a mesma do ano passado (-07% na análise anual).

“Claro que as pessoas não vão do dia para a noite aumentar a ida ao supermercados, mas já observamos essa melhora gradativa. O que não sabemos é se essa melhora marginal vai persistir em dezembro”, comenta Oliva.

Para 2021, o pesquisador prevê uma continuidade da volta gradual do consumo nos dois setores, especialmente nos dois primeiros trimestres do ano.

“Mesmo que ainda demore, a vacina certamente vai dar um pouco mais de segurança para que as pessoas saiam de casa. Mas a economia ainda vai demorar a reagir, principalmente se pensarmos que um [eventual novo] auxílio emergencial e outras transferências vão ficar prejudicados neste início do ano por conta dos problemas fiscais”, diz Oliva.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Toalha Enxuta Aquarela

SANTISTA

LINK PATROCINADO

Cozinha Compacta Suspensa c/ Balcão Thais-Poquema - Damasco / Off white

MARABRAZ

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

Presidente comete mais uma impropriedade, rebatida por economistas

Fala é exagerada e poderia ter consequências mais sérias

Por **Fabio Graner** — De Brasília

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Como já se tornou rotina, o presidente Jair Bolsonaro cometeu uma grande impropriedade ao dizer que o Brasil está “quebrado”. Ele usou uma força de expressão e quis passar uma mensagem política de que não pode, pelo menos neste momento, cumprir uma de suas promessas de campanha, a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Mas, para facilitar sua comunicação, acabou falando algo que não é correto e que, no cargo de maior responsabilidade que ocupa, não deveria ter sido dito. Se tivesse mais credibilidade, poderia gerar sérios problemas para os gestores da economia e da dívida do país.

“Quebrado significa que o país não consegue financiar seu déficit e nem rolar [refinanciar] sua dívida. Não chegamos a esse ponto”, disse ao **Valor** o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Josué Pellegrini. “Isso não quer dizer que não estamos em uma situação delicada. Estamos. A dívida subiu muito, o déficit é alto, estamos em uma situação muito delicada, de aperto e sem margem para nada”, acrescentou o economista.

Ele concorda que não é possível no momento fazer correção do imposto de renda em meio a tantas demandas e um quadro de gastos que tem dificuldade para se ter cortes em outras áreas.

O economista Manoel Pires, que comanda o Observatório de Política Fiscal da FGV, também descarta a tese de que o país estaria quebrado. “Técnicamente isso significa o país estar insolvente. Nós não chegamos nem perto disso, mesmo com algumas dificuldades que o Tesouro teve para emitir títulos ao longo do ano passado”, explicou ele, destacando que isso não ocorreu também nos anos de crise em 2015/2016.

Para Pires, Bolsonaro usou de um artifício de comunicação para dizer que não poderia fazer algo que prometeu, porque terá um custo fiscal elevado (de alguns bilhões em renúncia de receita) e o país tem pouco espaço de ação para tantas demandas, como a de continuação do auxílio emergencial, além do fato de o governo ter aportado recursos em outras prioridades, como no setor militar.

Ex-secretário de Política Econômica da Fazenda, Pires destaca que a questão atual em termos fiscal é de risco de insustentabilidade da dívida, que implicaria em juros maiores cobrados pelos investidores. Nesse sentido, ele reconhece que o país tem uma situação mais delicada no campo fiscal e que é preciso cuidar para levar a dívida a uma percepção de sustentabilidade.

Uma outra fonte, que pediu anonimato, destaca que, apesar de equivocada, a fala de Bolsonaro é um “exagero” e que é bom “que ninguém do mercado o leva a sério”, tanto que não houve efeito nos preços de ativos. A bolsa e o dólar, que tiveram desempenho muito ruim de manhã, até reverteram parte do mau humor à tarde.

Ainda que nesse caso seja positivo o mercado não ter dado atenção para a fala presidencial, é uma pena o país estar em uma situação no qual o mandatário da nação joga tantas palavras sem se preocupar com os riscos que termos mal colocados podem gerar. Dizer que um país está quebrado poderia eventualmente contribuir para ajudar a quebrá-lo, agravando a já bastante delicada situação em que a economia se encontra.

Mas se Bolsonaro diz “E daí?” para mais de uma centena de milhares de mortes por covid-19, não se deve esperar mesmo muito cuidado quando ele fala de contas públicas. Melhor é olhar com lentes de aumento cada vez mais potentes as suas decisões, como a criação de mais uma estatal, a proteção ao salário e aposentadoria

de militares e o fim do auxílio emergencial, para tentar entender para onde ele pretende levar o Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Toalha Enxuta Aquarela

SANTISTA

LINK PATROCINADO

Cozinha Compacta Suspensa c/ Balcão Thais-Poquema - Damasco / Off white

MARABRAZ

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Trump pede a secretário da Geórgia que 'encontre' votos para reverter sua derrota para Biden

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que assinará hoje MP que eleva salário mínimo a partir de janeiro

VALOR INVESTE

Produtor tenta reverter alta de ICMS em SP

Representantes do setor se reuniram ontem com secretários do governador João Doria

Por Rafael Walendorff e Camila Souza Ramos — De Brasília e São Paulo

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Produtores rurais de São Paulo tentaram até o início da noite de ontem reverter junto ao governo do Estado a decisão de elevar o ICMS no Estado, medida que começou a vigorar este mês. Representantes do setor se reuniram com secretários de João Doria (PSDB) para novamente mostrar os impactos que o aumento da tributação pode causar na economia paulista. O Executivo estadual pediu mais uma semana para analisar esses impactos, o que desagradou lideranças rurais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Toalha Enxuta Aquarela

SANTISTA

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

Projeto pede novo estado de calamidade até junho

Medida é vista como forma de viabilizar o pagamento do auxílio emergencial, mas proposta conta com rejeição do governo

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O líder do PDT no Senado, Weverton Rocha (MA), apresentou um projeto de decreto legislativo que sugere a implementação de um novo estado de calamidade pública, em função da pandemia de covid-19, até 30 de junho de 2021. O decreto é visto como uma forma de viabilizar o pagamento do auxílio emergencial, mas esta possibilidade é rejeitada pelo governo e sua equipe econômica.

Apesar de ter sido relator do projeto de decreto legislativo que estabeleceu o estado de calamidade pública em março de 2020, Weverton Rocha não exerce a mesma função agora e teria de conquistar o apoio de outras bancadas para que a matéria fosse pautada e aprovada na Casa.

O governo já sinalizou que não tem a intenção de prorrogar o auxílio, mas, ainda assim, senadores têm buscado alternativas para que a ajuda continue sendo paga em 2021.

Em sua justificativa, Weverton Rocha escreve que as razões que levaram à edição do estado de calamidade pública em 2020 ainda “perduram” e “ameaçam” a saúde pública e o cenário econômico do país. Além disso, ele propõe a criação de uma nova comissão mista destinada a acompanhar “a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus”.

“É fato notório que as circunstâncias de fato que ensejaram a edição do Decreto Legislativo nº 6/2020 - o qual reconheceu, para fins orçamentários, estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020 - não só perduram como se agravaram e ameaçam se verticalizar ainda mais no decorrer de 2021, considerando, inclusive, a probabilidade de novas ondas de infecções por covid-19, com acentuado impacto na saúde pública e, em última análise, no cenário econômico do país”, escreveu.

Pelo projeto, o governo federal ficaria autorizado, mais uma vez, a elevar os gastos e a não cumprir a meta fiscal. “[O estado de calamidade] viabilizará o funcionamento do Estado, principalmente, com os fins de atenuar os efeitos negativos para a saúde e para a economia brasileiras de modo geral. Realmente, o alívio temporário e excepcionalíssimo das exigências de austeridade e responsabilidade fiscal da LRF, em momento de emergência, permitirá a renovação de medidas que se revelaram, na prática, efetivas na mitigação dos desdobramentos econômico-sociais da pandemia, em especial, através do auxílio emergencial em valor digno, bem como do programa de apoio à preservação das micro e pequenas empresas, preservando, minimamente, o modelo constitucional de bem-estar social”, afirmou no texto.

Weverton Rocha diz ainda que, com essa medida, a União terá “condições financeiro-orçamentárias para a promoção de socorro aos demais entes federativos, notoriamente, os Estados e municípios, em momento de grave crise que se prorroga também pela sobrecarga de suas competências constitucionais sanitárias, enquanto grandes responsáveis pela gestão da saúde primária e secundária, em limites novamente já próximos do insustentável em determinadas regiões do país”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Toalha Enxuta Aquarela

SANTISTA

LINK PATROCINADO

Reação do câmbio reduz margem de repasse de ganho do BC ao Tesouro

Banco Central divulga hoje balanço dos ganhos com a variação cambial

Por **Estevão Taiar** — De São Paulo

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Pedro Schneider: novo repasse dependerá “muito do quadro da saúde fiscal” — Foto: Divulgação

A margem para uma eventual transferência de ganhos cambiais do Banco Central (BC) para o Tesouro Nacional diminuiu no segundo semestre do ano passado. A quantidade menor de recursos pode ser explicada por dois motivos: a transferência referente ao primeiro semestre de 2020, feita para reforçar o colchão de liquidez do Tesouro, e a valorização cambial observada na segunda metade do ano. O BC divulga hoje o ganho acumulado com as reservas internacionais em 2020.

Até 24 de dezembro, o estoque de reservas do resultado cambial estava em R\$ 116,5 bilhões, destaca Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado. Essa é a quantia máxima que o BC pode repassar, caso o Tesouro pleiteie de maneira excepcional a transferência no Conselho Monetário Nacional (CMN), como estabelece a Lei 13.820.

Quando o câmbio se desvaloriza, a autoridade monetária tem ganhos contábeis com as reservas internacionais, já que o mesmo montante de ativos (em sua maioria, títulos do Tesouro dos Estados Unidos) passa a valer mais quando medido em reais.

Saldo menor

Estoque de reservas do resultado cambial – R\$ bi



Fonte: Banco Central *Até 24 de dezembro

Foi justamente o que aconteceu no primeiro semestre de 2020 e o que consequentemente levou o Tesouro a pleitear os recursos. Na ocasião, o órgão pediu que o CMN autorizasse a transferência de R\$ 400 bilhões referentes aos ganhos da primeira metade do ano com as reservas. O objetivo era reforçar o colchão de liquidez do Tesouro em meio à expansão dos gastos com a pandemia e ao encarecimento da emissão de títulos públicos de longo prazo. No fim, o repasse autorizado ficou em R\$ 325 bilhões, abaixo do pleiteado. A decisão do CMN abria espaço inclusive para uma segunda transferência no semestre, caso as condições de liquidez continuassem desfavoráveis - o que acabou não se concretizando.

O balanço patrimonial do BC, por sua vez, mostrou que o estoque de reservas de resultado cambial caiu de R\$ 523,5 bilhões em 30 de junho para R\$ 198,5 bilhões em 31 de outubro. A diferença é formada justamente pelos R\$ 325 bilhões transferidos no começo do segundo semestre, lembra o economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria. Além disso, o real voltou a se valorizar no segundo semestre, o que diminuiu o estoque de resultado cambial.

Questionado pelo **Valor** sobre a possibilidade de pedir a transferência, o Tesouro afirmou em nota que “qualquer solicitação para uso da reserva de resultados, caso se perceba necessário, dependerá de avaliação e autorização pelo Conselho Monetário Nacional”. O órgão também lembrou que a Lei 13.820 exige que o repasse só seja feito quando houver “severas restrições de liquidez”.

Para economistas, apesar de a situação continuar pouco favorável ao Tesouro, a transferência no primeiro semestre de 2021 não é o cenário mais provável.

“O começo do ano será difícil”, diz Klein, da Tendências. Ele destaca que até abril vencerão R\$ 668,9 bilhões em títulos públicos da dívida interna, o que representa alta de 88% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 2021, por sua vez, os vencimentos somam R\$ 1,310 trilhão, crescimento de 67% em relação a 2020.

Entretanto, fatores como a própria transferência de R\$ 325 bilhões realizada no ano passado e emissões realizadas em condições mais favoráveis no fim de 2020 dão alguma tranquilidade para o Tesouro manejar a dívida, diz ele.

Para Pedro Schneider, economista do Itaú, um novo repasse dependerá “muito do quadro da saúde fiscal”. A instituição financeira trabalha com um cenário base em que o teto de gastos será cumprido e o vírus, “minimamente controlado”. Mas em um cenário considerado menos provável, em que a vacinação é mais lenta ou menos eficaz, pode ser necessário algum “estímulo fiscal adicional”.

Ele lembra também que o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) poderá devolver até R\$ 100 bilhões ao Tesouro neste ano.

Além disso, Schneider destaca que o estoque para repasses é “dinâmico” e diminui com a valorização do real. O Itaú calcula, por exemplo, que o câmbio terminará 2021 em R\$ 4,75. “Melhor deixar essa folga lá no BC. Fica como uma carta na manga se houver alguma reviravolta”, diz.

“O risco é a exceção começar a se transformar em regra”, afirma Salto, da IFI, sobre a possibilidade de um novo repasse. “De todo modo, o desafio da gestão da dívida será grande em 2021. Há volume expressivo de vencimentos neste ano, as condições de mercado não são as melhores e a incerteza é enorme.”

O diretor-executivo da IFI chama a atenção para a importância de o governo federal endereçar de maneira estrutural o desequilíbrio das contas públicas. Para Salto, sem soluções mais amplas, o Tesouro terá dificuldades para emitir títulos novos e refinar a dívida “sem sancionar prêmios na curva, mesmo com prazos mais curtos”.

“Aí entra a possibilidade de lançar mão do lucro cambial do Banco Central e mesmo de devoluções antecipadas dos empréstimos feitos ao BNDES”, diz. “Mas não vamos nos enganar, isso é apenas paliativo, não resolve o problema fiscal estrutural.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

'Brasil está quebrado e não consigo fazer nada', afirma Bolsonaro

Presidente diz que pretendia aumentar faixa de isenção do Imposto de Renda e que vírus é potencializado pela mídia

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

06/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



O presidente Jair Bolsonaro disse ontem, em uma conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, que "não consegue fazer nada" porque o Brasil está quebrado. Ele trabalhou ontem pela primeira vez após desde 18 de dezembro, após retornar de um recesso de oito dias na Baixada Santista, litoral de São Paulo, onde provocou diversas aglomerações. Antes disso, esteve em Santa Catarina, onde descansou por outros cinco dias.

A sua agenda não teve nenhum compromisso oficial desde aquela data - à exceção de um encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, às 19 hora do dia 23 de dezembro no Alvorada, onde ele já desfrutava de uma folga natalina.

Ao sair para o expediente no Palácio do Planalto, o presidente afirmou que gostaria de mexer na tabela do Imposto de Renda, mas "teve esse vírus potencializado pela mídia", que, segundo o presidente, quer derrubá-lo.

"Chefe, o Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos, aí, essa mídia sem caráter que nós temos, tá certo?", disse o presidente. "É um trabalho incessante de tentar desgastar para me retirar daqui para voltar alguém para atender os interesses escusos da mídia."

A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda é uma promessa de campanha de Bolsonaro. Na mesma conversa, ao ouvir o pedido de um apoiador para que continue "fazendo o que está fazendo", ele afirmou: "Vão ter que me aguentar até 2022, pode ter certeza."

Depois, uma fã pediu um abraço ao presidente, que perguntou: "Não tem medo do vírus, não?".

"A gente não tem medo da pandemia", respondeu a mulher.

À noite o presidente voltou a conversar com apoiadores na residência oficial, após o expediente. Ao lado do Advogado-Geral da União (AGU), José Levy, disse que há pressão pelo início da vacinação contra o coronavírus no país “porque vende”, em uma crítica velada aos interesses dos laboratórios farmacêuticos.

A afirmação ocorre pouco mais de uma semana depois de Bolsonaro afirmar que fabricantes de vacina é que devem procurar o Brasil, não o contrário, em meio a questionamentos sobre a demora do governo em divulgar um calendário de imunização.

Na conversa, Bolsonaro fez uma referência aos primeiros lotes de vacinas recebidos em fins de dezembro por países europeus, com 10 mil unidades, para dizer que a quantidade “não é nada”.

“Um fabricante vendeu 10 mil vacinas para vinte e poucos países. Então, eles estão vacinando, mas não estão vacinando seu povo como um todo. Quer dizer, 10 mil vacinas para um país não é nada”, disse o presidente.

Para Bolsonaro, “não interessa que seja o Paraguai, uma população pequena, ou até uma Alemanha, população média, né, ou até mesmo o Brasil”.

“Aí isso vem a pressão. Pressão porque vende. Agora, criaram um pânico perante a população”, afirmou o presidente. “E quando eu falei lá atrás que tinha que enfrentar... ‘Ah, ele despreza a morte’. Tem que enfrentar, pô. Como é que é? Tem que enfrentar, pô. Falei que todo mundo ia morrer um dia. Pronto, criticaram. Ah, não, tá. Tem gente que não vai morrer, pronto.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Toalha Enxuta Aquarela

SANTISTA